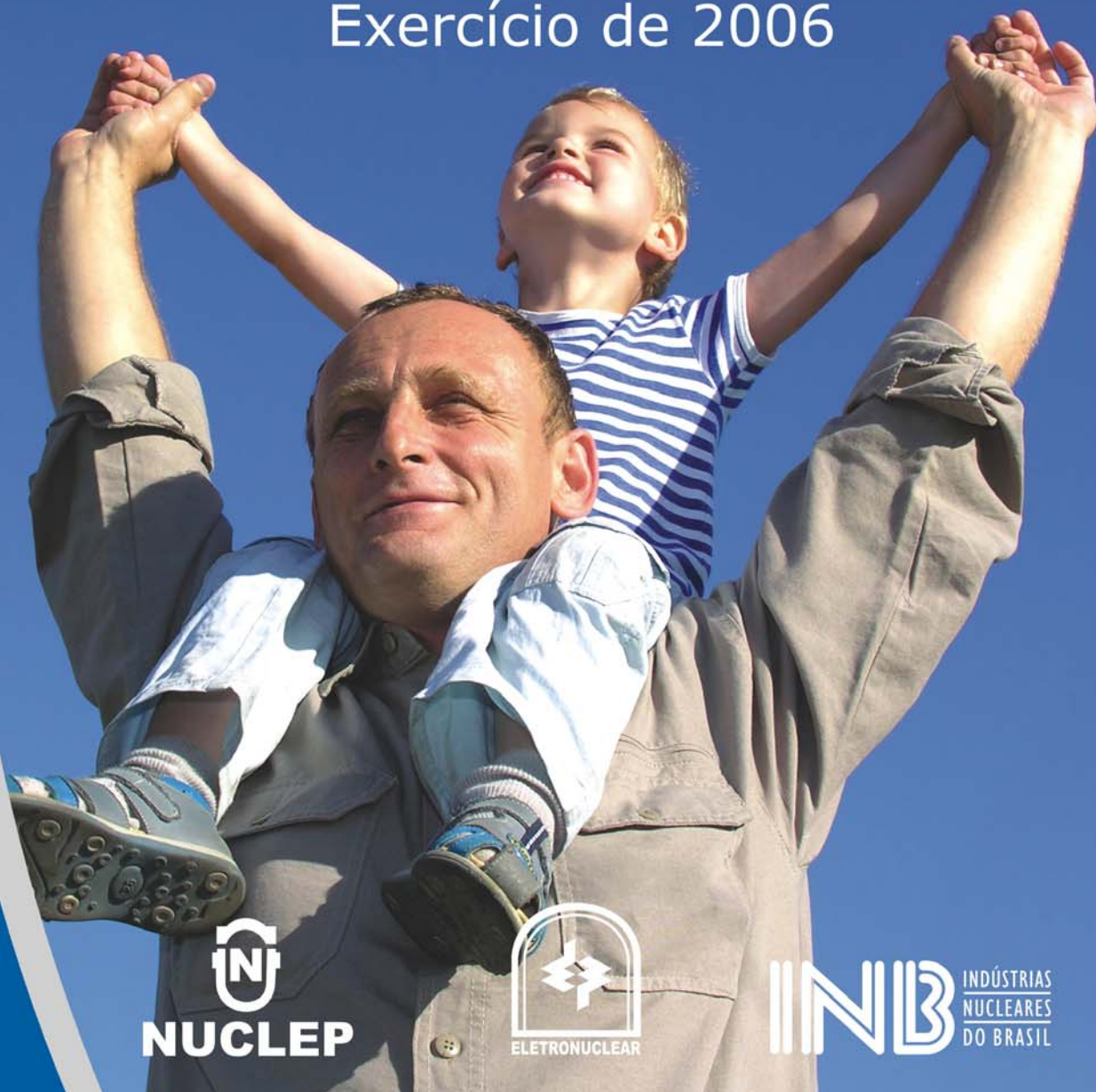




nucleos

Instituto de Seguridade Social

Relatório Anual da Diretoria Executiva Exercício de 2006



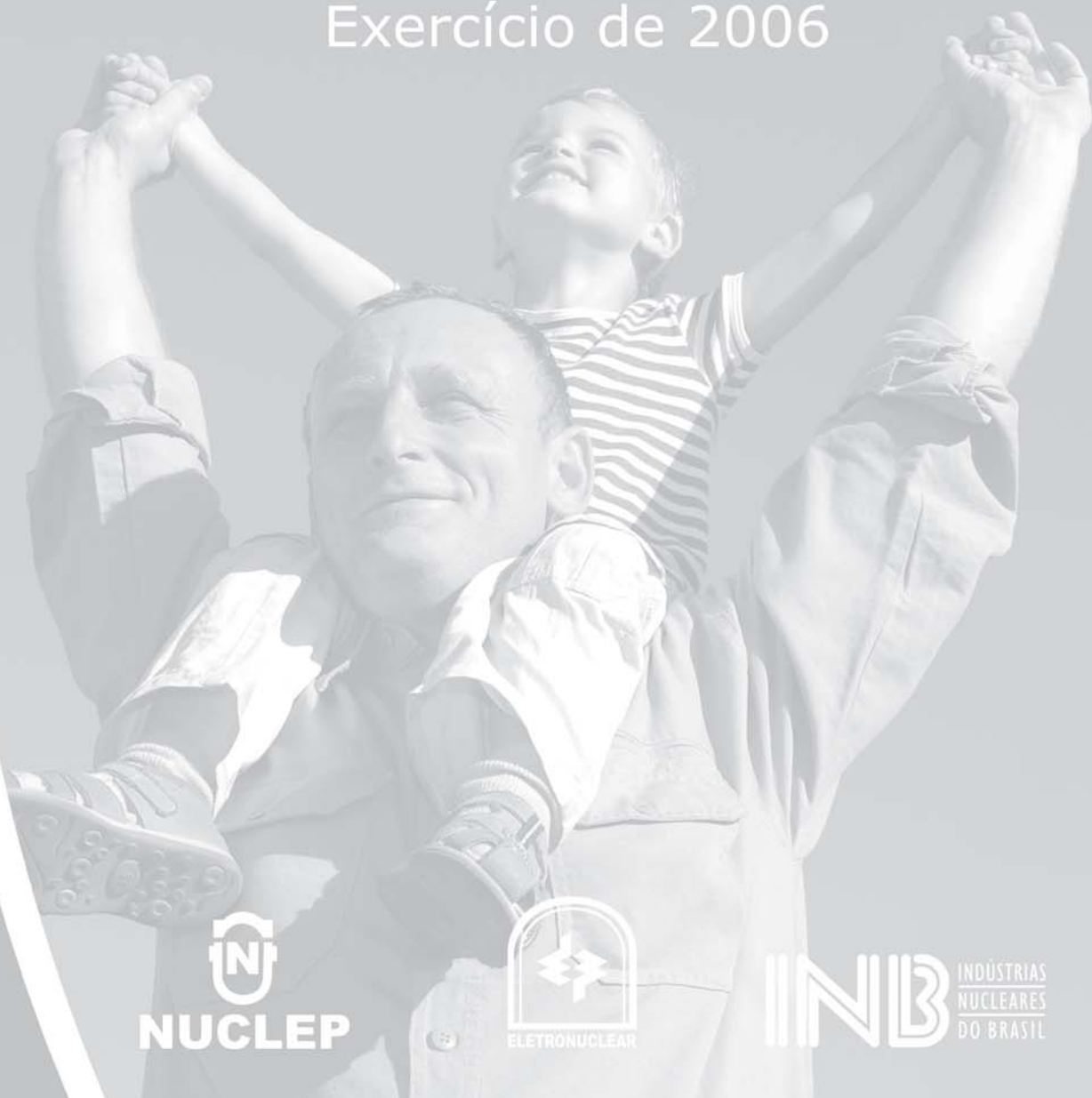
INDÚSTRIAS
NUCLEARES
DO BRASIL



nucleos

Instituto de Seguridade Social

Relatório Anual da Diretoria Executiva Exercício de 2006



Administração

O Nucleos, constituído em 22/12/78 e iniciando suas operações em 01/09/79, é uma entidade fechada de previdência complementar e tem como patrocinadoras, além do próprio Instituto, as seguintes empresas: Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep.

Conselho Deliberativo

Efetivos

Norman Victor Walter Hime
Presidente - ELETRONUCLEAR

Paulo Roberto Ribeiro Barbosa
INB

Maria Aparecida da Silva
NUCLEP

Martinho Duarte Filho
Representante Eleito dos Participantes

Neildo de Souza Jorge
Representante Eleito dos Participantes

André Luiz Fernandes de Almeida
Representante Eleito dos Participantes

Suplentes

Armindo D'Ascensão Silva
ELETRONUCLEAR

Nelson Ramos Nogueira Filho
INB

Júlio Cezar Arruda de Carvalho
NUCLEP

Maria Cristina Gomes
Representante Eleita dos Participantes

Romar Batista Bonifácio
Representante Eleito dos Participantes

Devani Corrêa
Representante Eleita dos Participantes

Conselho Fiscal

Efetivos

Judson Wilian Monteiro de Souza
Presidente - Representante Eleito dos Participantes

Clezio dos Santos Oliveira
NUCLEP

Jair Nunes Almas
INB

Suplentes

Paulo Romar Carril
Representante Eleito dos Participantes

Claudionor Alves Teixeira
NUCLEP

Paulo César da Rocha Dantas
INB

Diretoria Executiva

Marcos Elias
Presidente e Diretor de Benefícios

J. Raphael Oliveira
Diretor Financeiro

Comitê Consultivo de Investimentos

Luiz Henrique Finkel
Representante dos Participantes - Eletronuclear
Coordenador

Luiz Cláudio Levy Cardoso
Representante dos Participantes - INB
Vice-coordenador

Mario Jorge de Lima Soares
Representante dos Participantes e Assistidos

Marcio Ferraz
Representante dos Participantes - Nuclep

Martinho Duarte Filho
Representante do Conselho Deliberativo

Neildo de Souza Jorge
Representante do Conselho Deliberativo

Paulo Roberto Ribeiro Barbosa
Representante do Conselho Deliberativo

Observação: os diretores do Nucleos participam, como membros efetivos, do Comitê Consultivo de Investimentos.

Índice

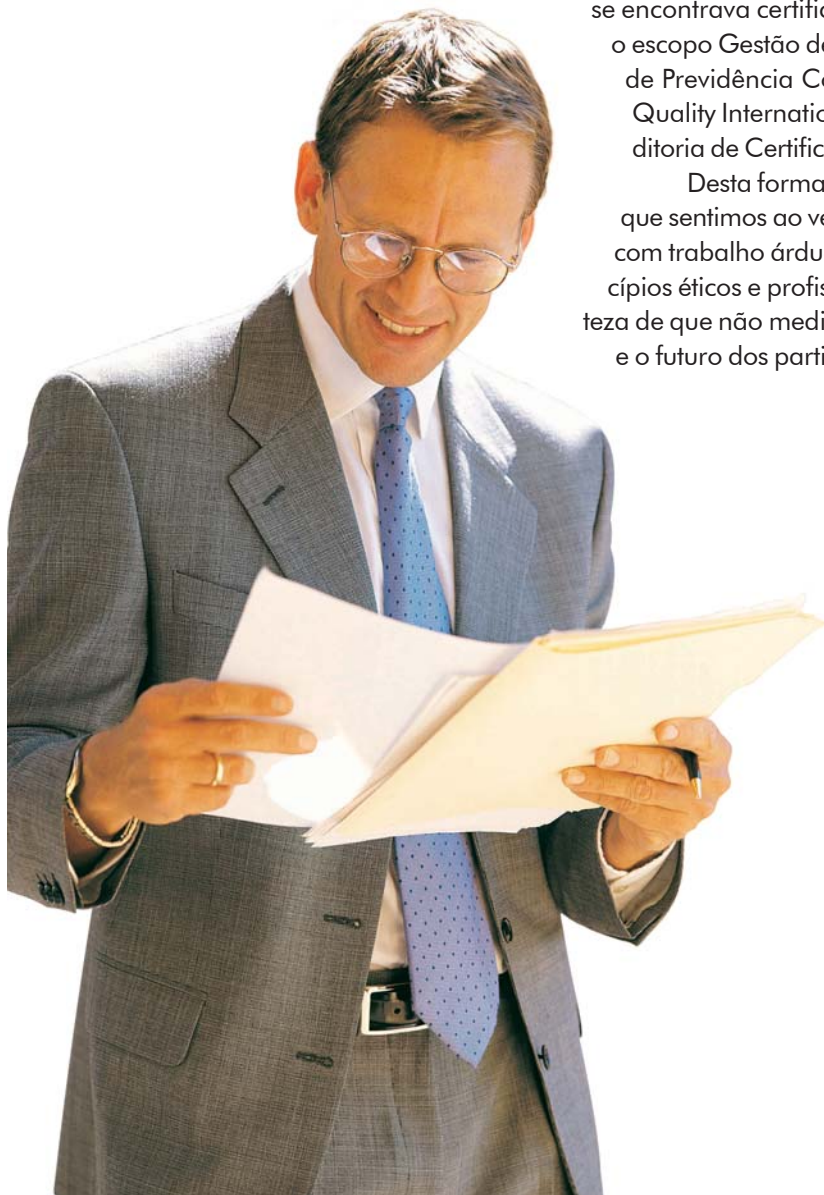
Administração Superior	2
Mensagem da Diretoria Executiva	4
Apresentação	5
Instituto conquista o certificado ISO 9001:2000	7
Diretoria Executiva recebe novo mandato	7
O primeiro Código de Ética	8
Transparência na gestão dos recursos	8
Boa performance dos investimentos em 2006	8
Venda da participação no Shopping Santana	9
Dívida da INB com o Nucleos é equacionada	9
Dívida da Nuclep, o impasse permanece	10
Mais próximo do participante	11
PPA - Programa de Preparar para Aposentadoria	11
Gestão Previdencial	13
Avaliação Atuarial	18
Gestão Assistencial	23
Principais Fatos	23
Referenciamento Médico	23
Reestruturação da Rede Credenciada	23
Programa de Atenção Geriátrica	23
Recuperação do Fundo de Oscilação de Risco	24
Reajuste das Mensalidades	24
Panorama dos planos Nucleos Saúde I e Nucleos Saúde II	24
Distribuição de Usuários	25
Principais Indicadores Setoriais	27
Gestão financeira e de investimentos	29
Composição da carteira de investimentos	29
Carteira global de investimentos	29
Aderência à Política de Investimentos e aos limites legais	29
Por tipo de gestão	30
Por tipo de precificação	30
Rentabilidade dos Investimentos	32
Rentabilidade Global	32
Segmento de renda fixa	32
Segmento de renda variável	33
Segmento de Investimentos Imobiliários	33
Segmento de Empréstimos	34
Custeio Administrativo	34
Administração Previdencial	34
Administração dos Investimentos	35
Balanco e Demonstrações	36
Notas Explicativas	42
Pareceres	62

Mensagem da Diretoria Executiva

O Nucleos, em 2005, como é de conhecimento geral, estava imerso em graves e notórios problemas de gestão. Ao final daquele ano, nós, da Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho Deliberativo, assumimos o compromisso de reestruturar o Instituto sob o impacto daquela forte turbulência. Assim, o ano de 2006 teve início com o desafio de equacionar todas as questões de ordem financeira e administrativa – até mesmo com a adoção de duras ações judiciais – e de colocar em prática medidas e atitudes no sentido de recuperar a credibilidade do Instituto perante os participantes, os assistidos, as patrocinadoras e a sociedade em geral.

Tal desafio exigiu um esforço singular, tanto nosso quanto dos membros do Conselho Deliberativo, mas, sem dúvida alguma, recompensador. Com coragem e transparência, atuamos de forma significativa na defesa do patrimônio, na melhoria da comunicação com os participantes, os assistidos e as patrocinadoras e, essencialmente, no estabelecimento de controles internos efetivos. Tanto que, ao final do primeiro semestre de 2006, o Instituto já se encontrava certificado pela Norma NBR ISO 9001:2000, com o escopo Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, conferido pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI), líder mundial em Serviços de Auditoria de Certificação.

Desta forma, queremos compartilhar com todos a alegria que sentimos ao ver os resultados obtidos em 2006, alcançados com trabalho árduo, dedicação e competência, dentro dos princípios éticos e profissionais que norteiam nosso trabalho, na certeza de que não mediremos esforços para garantir a tranquilidade e o futuro dos participantes e assistidos do Nucleos.



2006

O ano da virada do Nucleos

Apresentação

É com satisfação que a Diretoria Executiva do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, na certeza de ter correspondido às expectativas de seus participantes, apresenta o seu Relatório Anual de 2006.

Entre os fatos mais marcantes ocorridos em 2006, destacamos a certificação ISO 9001:2000, a solução da dívida da INB, a instituição do Código de Ética do Nucleos, a melhoria na comunicação com os participantes e a performance dos investimentos.

Nas páginas seguintes, apresentamos os principais fatos ocorridos ao longo de 2006 e detalhamos o desempenho do Instituto na Gestão Previdencial, Assistencial, Financeira e de Investimentos, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, acompanhado dos pareceres dos auditores independentes, do atuário, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.



Instituto conquista o certificado ISO 9001:2000

e entra para o seleto grupo de entidades fechadas de previdência no país a obter a certificação

A primeira das várias e importantes ações de melhoria desenvolvidas em 2006 pelo Nucleos foi o ousado projeto de certificação pela Norma NBR ISO 9001:2000, já que, no Brasil, o número de entidades fechadas de previdência complementar certificadas ainda é muito reduzido. Durante sete meses, todos os funcionários do Instituto foram capacitados para atender às exigências da norma e, no dia 22 de junho de 2006, o Nucleos obteve a certificação com o escopo "Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência complementar". (Certificado nº 194.540)

Com o objetivo de tornar os processos mais rápidos, seguros e integrados, além de assegurar maior qualidade nos procedimentos

gerenciais e administrativos, a Diretoria Executiva do Nucleos e seu Conselho Deliberativo assumiram esse ambicioso projeto promovendo os melhores resultados e a transparên-

ISO 9001
BUREAU VERITAS
Certification



cia da gestão junto aos seus participantes, assistidos, patrocinadoras, mercado e à sociedade em geral.

Por meio da certificação da Norma ISO 9001:2000 e adotando as mais modernas práticas de gestão, o Nucleos recebeu um reconhecimento em nível internacional. Para tanto,

com a ajuda de consultores especializados e a participação efetiva da equipe interna, o Instituto obteve de maneira eficaz o atendimento a todos os requisitos aplicáveis ao sistema de gestão. A auditoria final foi feita na primeira semana de junho pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI), líder mundial em Serviços de Auditoria de Certificação.

Esse esforço não pára por aí. O Instituto continuará buscando melhorias nos seus processos e no seu sistema de gestão, pois, além da avaliação anual do sistema pelo órgão certificador, a equipe está imbuída em fazer do Nucleos uma instituição cada vez mais sólida e responsável, trazendo para seus participantes e assistidos mais segurança quanto à esperança que cada um deles deposita no futuro da entidade.

Diretoria Executiva recebe novo mandato

No passado recente e, em particular, no exercício de 2005, o Nucleos experimentou graves problemas de gestão. Diante de tal cenário, o Conselho Deliberativo decidiu adotar, a partir de setembro daquele ano, um modelo de gestão diferenciado, onde a ética e a técnica deveriam assumir papel preponderante na administração do Instituto. À época, os atu-

ais diretores foram designados apenas para completar os mandatos dos dirigentes exonerados.

Naquele período, o Conselho Deliberativo acompanhou e participou intensamente do trabalho desenvolvido pelos atuais Presidente e Diretor Financeiro do Nucleos. Um trabalho que conseguiu reverter, de forma muito positiva e inquestionável, a

performance do Instituto em todos os níveis, em especial em relação à aplicação dos recursos.

Assim, por decisão unânime do Conselho Deliberativo e com o apoio integral das três patrocinadoras, Marcos Elias e Raphael Oliveira foram reconduzidos a seus respectivos cargos por um mandato adicional de três anos, a partir de 31 de julho de 2006.

O primeiro Código de Ética

Com o objetivo de nortear o comportamento dos integrantes de seus órgãos colegiados, dirigentes e empregados, o Nucleos criou, em 2006, o seu primeiro Código de Ética. Trata-se de um conjunto de normas de conduta que orienta e fortale-

ce as relações internas e externas do seu quadro funcional a partir dos mais elevados padrões relativos à urbanidade, respeito, justiça, honestidade, democracia e transparência.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, com ele pas-

sa-se a exigir dos dirigentes – conselheiros e diretores, além dos empregados e colaboradores – uma gestão acima de tudo ética e responsável e, com isso, dar aos participantes e assistidos ainda maior segurança e transparência.

Transparência na gestão dos recursos

A preocupação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo do Nucleos com a transparência de suas ações e com a comunicação clara e objetiva de seus resultados tornou-se ainda mais evidente a partir da divulgação, em 2006, dos comunicados mensais sobre os investimentos do Instituto. No Site do Nucleos e nos quadros de avisos de todas as patrocinadoras, estão sendo disponibilizados com frequência informações sobre todos os investimentos do Instituto, como

posição das carteiras e suas performances comparadas às metas de desempenho e atuariais. Além disso, os membros do Comitê Consultivo de Investimentos e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal dispõem de senha para acessar toda a movimentação, posição de carteira e rentabilidade dos títulos de Renda Fixa e Variável, que estão custodiados no Banco HSBC.

Ainda sob a ótica da transparência e da responsabilidade administra-

tiva, e com base na auditoria interna realizada pelas patrocinadoras, concluída em 25 de maio de 2005, que identificou falhas na administração exercida sobre os investimentos do Instituto no período 2001 a 2004 e nos controles de outros processos internos, o Conselho Deliberativo determinou o equacionamento de todas as não-conformidades levantadas, bem como a implementação de procedimentos que evitassem novas ocorrências daqueles fatos.

Boa performance dos investimentos em 2006

Em 2004 e até agosto de 2005, a rentabilidade das aplicações financeiras do Nucleos esteve bem aquém do restante do mercado. Os principais causadores dessa baixa rentabilidade foram a aquisição, naquele período, de títulos públicos com ágio, compra de ações fora do Ibovespa e aquisição de debêntures com retornos não compatíveis com o risco. Tudo isso foi minuciosamente analisado

pelos atuais gestores do Instituto e, a partir daí, diversas medidas foram tomadas com o objetivo de reverter rapidamente tal cenário.

Assim, toda a área Financeira foi reestruturada – de seu corpo técnico aos bancos gestores. Taxas de administração de gestores externos sofreram drástica redução, ativos que historicamente traziam prejuízos foram vendidos e, outros, revistos de forma

a aumentar a rentabilidade sem, contudo, elevar o risco.

O resultado de todas essas medidas ficou evidente na diferença abrupta dos números relativos à gestão financeira do Nucleos. No ano de 2004, conseguiu-se atingir apenas 55,81% do mínimo atuarial e, no período de janeiro a agosto de 2005, ainda na gestão anterior, alcançou-se pouco mais de 59,19% do míni-

mo atuarial.

O último quadrimestre de 2005, já sob a gestão da atual Diretoria Executiva, o Nucleos superou a meta, alcançando nada menos que 153% do mínimo atuarial. Na combinação das duas gestões, o ano de 2005 acabou por fechar bem mais perto da meta, com aproximadamente 90%.

Já em 2006 a rentabilidade dos investimentos foi de 12,75%, equiva-

lente a 142% do mínimo atuarial, de 8,98% (INPC + 6% a.a.), mesmo com o forte impacto negativo provocado pela constituição de provisão de perda registrada em agosto de 2006, das Debêntures de Têxtil Renaux, no valor aproximado de R\$ 7,5 milhões, assim como pelo baixo desempenho provocado pelos “recursos engessados” adquiridos na gestão anterior e que não podem ser desfei-

tos no curto prazo. É importante destacar que os ativos que efetivamente sofreram gestão pela atual administração do Instituto, apresentaram uma rentabilidade de 18,74%, superior em 6,48% à média da amostra de fundos analisados (17,6%) pela Consultoria RiskOffice.

Venda da participação no Shopping Santana

No dia 11 de outubro de 2006 o Nucleos efetivou a venda de sua participação no Shopping Santana por R\$ 6,650 milhões, valor superior ao sugerido pela consultoria contratada para avaliação do empreendimento e também superior ao valor contábil, o que resultou em um lucro contábil de R\$ 2,570 milhões.

Pelo lado financeiro ocorreu uma redução do prejuízo: atualizando-se o valor investido pelo mínimo atuarial desde a data do investimento

(em 1998) até o mês de novembro de 2006, o valor do investimento seria equivalente a R\$ 23 milhões. Assim antes da venda o prejuízo financeiro era de R\$ 18,92 milhões e com a venda passou a ser de R\$ 16,35 milhões.

A venda foi precedida de um estudo técnico, que avaliou profundamente os riscos envolvidos na manutenção do shopping na carteira de investimentos imobiliários do Nucleos, mostrando que, por melhor que fosse

o resultado obtido no empreendimento, a recuperação do investimento realizado não ocorreria, haja vista que a taxa interna de retorno, em todas as simulações efetuadas, era negativa. Além do que, a venda representou um aumento significativo na liquidez dos investimentos do Nucleos, que pôde ser carregado para aplicações com taxa atrativa de menor risco em relação à taxa esperada pelo empreendimento a longo prazo.

Dívida da INB com o Nucleos é equacionada

Depois de quase 20 anos de negociações, a dívida da Indústrias Nucleares do Brasil S.A - INB. com o Nucleos foi finalmente equacionada. A conquista, fundamental para o equilíbrio econômico e financeiro do Instituto, resultou do esforço dos membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva e, sobretudo, do empenho desenvolvido pela direção

da patrocinadora ao longo de 2006.

No último trimestre do ano passado, a última etapa para a conclusão do processo foi finalmente vencida e os dirigentes do Instituto e da INB assinaram o respectivo contrato de equacionamento da dívida, levado a termo para a necessária homologação judicial. O acordo prevê o pagamento da dívida em 360 parcelas

mensais, permitindo a imediata incorporação de R\$ 112 milhões nos ativos do Nucleos.

Para os participantes e assistidos, o acordo representou uma solução definitiva para o caso, oferecendo mais segurança e tranquilidade em relação ao futuro e à preservação do patrimônio do Instituto.

Dívida da Nuclep, o impasse permanece

No segundo semestre de 2006, com a conclusão do processo de equacionamento da dívida da INB, as negociações relativas à dívida da Nuclep também pareciam promissoras. As duas partes chegaram a um possível acordo parcial, onde a Nuclep se comprometia a equacionar R\$ 88.864.516,20, valor que correspondia ao déficit técnico do Nucleos e equivalente a 52% de sua dívida, possibilitando, desta forma, o equilíbrio atuarial da entidade e evitando a necessidade de aumento das contribuições para os participantes, os assistidos e as patrocinadoras, previsto para vigorar a partir do dia 1º de julho de 2006.

O referido termo de acordo com a Nuclep seria levado para a homologação judicial, nos autos da ação de cobrança de sua dívida, ficando o pagamento do saldo da dívida da pa-

trocinadora, no valor de R\$ 82.753.604,15, a ser decidido pela respectiva sentença.

Infelizmente, o acordo não foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST que, apesar de manifestar-se interessado em uma solução para o caso, considerou a proposta enviada pela patrocinadora **“incompleta, com ausência de anexos e de considerações bem embasadas”**, que pudessem dar àquele departamento a necessária sustentação para aprovação da matéria.

Diante deste cenário, o Nucleos ingressou no dia 1º de novembro com uma medida cautelar com o objetivo de limitar a cobrança do déficit ao seu real causador, ou seja, a Nuclep; paralelamente, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo decidiram suspender o aumento das contribuições

dos participantes e das demais patrocinadoras, que ocorreria também a partir daquela data, até que fosse proferida a decisão judicial sobre a liminar descrita acima.

De acordo com a legislação em vigor e ao final do exercício de 2006, só havia três hipóteses possíveis para o desfecho, já no exercício de 2007, sobre a dívida da Nuclep:

1. Pagamento do déficit apenas pela Nuclep, caso fosse obtida a liminar, objeto da medida cautelar.
2. Nova proposta de equacionamento da dívida, o que seria ideal, mas, pelo tempo exíguo, parecia de difícil concretização.
3. Rateio do déficit para todos os participantes e patrocinadoras, de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109. Uma solução injusta, na avaliação do Instituto.



Mais próximo do participante

Para avaliar a qualidade do relacionamento com os seus participantes e assistidos, o Nucleos desenvolveu em 2006 uma pesquisa de Clima Organizacional. O resultado foi detalhadamente analisado, exposto e

debatido com um conjunto de participantes e orientou as seguintes ações:

debatido com um conjunto de participantes e orientou as seguintes ações:

Comunicação com rapidez e qualidade

Para a Diretoria Executiva e para o Conselho Deliberativo, a comunicação com os participantes e os assistidos deve ser sempre clara e de fácil acesso a todos. Neste sentido, a atividade foi

revista e ampliada, com:

- Reestruturação da página na internet do Nucleos, tornando-a mais dinâmica, completa e informativa.
- Criação, produção e distribuição do

Nuclin Express, versão eletrônica, sem periodicidade fixa, do informativo do Instituto.

- Criação, produção e distribuição de cartilhas sobre temas diversos.

Sala de Atendimento Exclusiva do Nucleos

A melhoria contínua no atendimento dos participantes e assistidos na própria sede do Instituto revelou-se uma prioridade. No ano passado, tal preocupação se materializou com a criação do Espaço do Participante, na entrada da sede do Nucleos, no Rio

de Janeiro: nos seus 27 anos de existência, foi a primeira vez que o Instituto destinou um espaço com esta finalidade.

Assim, em fevereiro de 2006, após as reformas necessárias, foi inaugurada a primeira sala de atendimen-

to do Nucleos, um ambiente reservado e climatizado, que tornou possível prestar um melhor atendimento e proporcionar maior conforto aos participantes e assistidos, fortalecendo cada vez mais o relacionamento entre estes e o Instituto.

Programa de Preparo para Aposentadoria - PPA

No mês de dezembro de 2006, o Nucleos realizou, no Rio de Janeiro, a primeira edição do seu Programa de Preparo para Aposentadoria – PPA. Lançado como um projeto-piloto, o programa representou uma forma objetiva e responsável de o Instituto valorizar e respeitar os seus participantes e, também, uma oportunidade de troca de experiências, de se obter informações sobre a aposentadoria e de debater e identificar as melhores alternativas para quem está

prestes a se aposentar.

O programa do PPA foi extenso e bastante diversificado. Durante dois dias, 20 participantes e seus cônjuges participaram de uma série de atividades interativas, como debates, palestras e consultorias. A programação teve o apoio de médicos, assistentes sociais, atores, consultores financeiros e especialistas em previdência. Durante o evento, dentre outros temas, foram abordados aspectos psicológicos, como a auto-estima e a importância

de um projeto de vida.

De acordo com a avaliação dos próprios participantes, o PPA cumpriu a importante missão de dar suporte à construção de seus novos projetos pessoais e propiciou uma maior consciência sobre esta nova etapa da vida. Por isso mesmo, estão sendo programadas novas edições do PPA, enriquecidas pelas críticas, observações e elogios, de forma a torná-lo permanente.



Gestão Previdencial

As contratações efetivadas em 2006 pelas patrocinadoras – principalmente a Eletronuclear – contribuíram para o crescimento de 5,34% do número de participantes, ao final do período, quando comparado ao encerramento do exercício de 2005.

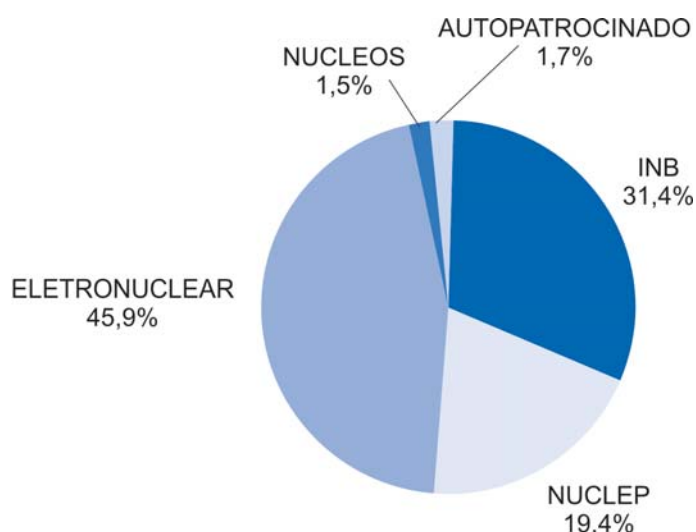
Ao analisar o encerramento de 2006, constata-se um nível de adesão ao Plano Básico de Benefícios de 86,86% em relação ao total de empregados das patrocinadoras. Atualmente, existem 2.603 participantes, sendo 45 autopatrocinados, ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Instituto.

Os quadros a seguir são uma radiografia numérica, do Programa Previdencial do Nucleos ao final do exercício de 2006.

Quadro 1 - Distribuição de Participantes por Patrocinadora

Patrocinadora	2005	2006	Crescimento
INB	856	817	-4,56%
Eletronuclear	1.067	1.196	12,09%
Nuclep	467	506	8,35%
Nucleos	39	39	0,00%
Autopatrocinados	42	45	7,14%
Total	2.471	2.603	5,34%

Distribuição de Participantes por Patrocinadora



Quadro 2 - Adesão ao Plano por Patrocinadora

Patrocinadora	Participantes	Empregados	% Adesão
INB	817	907	90,1%
Eletronuclear	1.196	1.348	88,7%
Nuclep	506	651	77,7%
Nucleos	39	39	100,0%
Total	2.558	2.945	86,9%

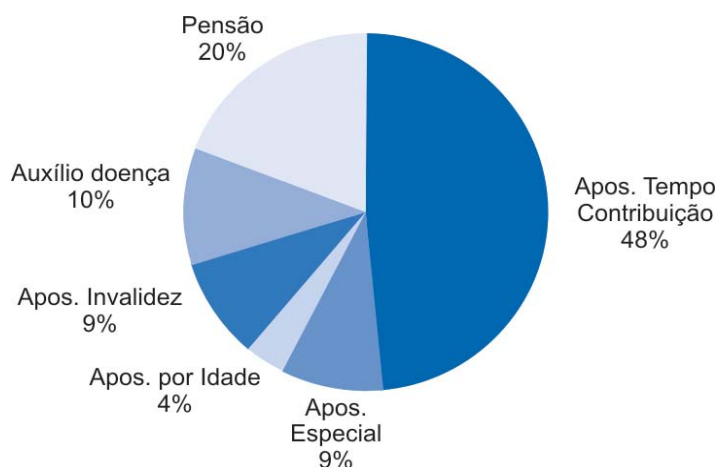
Percentual de Adesão ao Plano



Quadro 3 - Distribuição de Assistidos por Benefício

TIPO DE BENEFÍCIO	MÉDIA MENSAL		CRESCIMENTO
	2005	2006	
Apos. Tempo de Contribuição	401	420	4,7%
Apos. Especial	73	76	4,1%
Apos. por Idade	34	32	-5,9%
Apos. Invalidez	70	78	11,4%
Auxílio Doença	97	89	-8,2%
Pensão	155	169	9,0%
Total	830	864	4,1%

Distribuição de Assistidos por Benefício



As receitas previdenciais estão representadas pelo volume médio mensal das contribuições vertidas para o plano por participantes e patrocinadoras (Quadro 4) e pelo total da receita de contribuições em 2006 (Quadro 5).

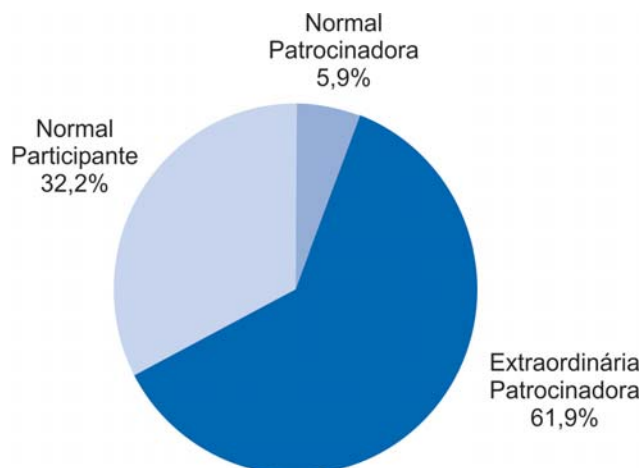
Quadro 4 - Receita com Contribuições - Média Mensal

TIPO DE CONTRIBUIÇÃO	ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO						TOTAL
	INB	ELETRONUCLEAR	NUCLEP	NUCLEOS	AUTOPATROCINADOS	ASSISTIDOS	
NORMAL PARTICIPANTE	136.872,08	278.349,12	71.845,37	3.814,24	11.740,92	62.535,81	565.157,55
NORMAL PATROCINADORA	28.788,90	56.867,94	14.803,88	927,41	1.518,30		102.906,43
EXTRAORDINÁRIA PATROCINADORA	307.946,61	608.300,04	158.352,81	9.920,22			1.084.519,68
MÉDIA MENSAL	473.607,59	943.517,10	245.002,06	14.661,87	13.259,22	62.535,81	1.752.583,65

Quadro 5 - Receita com Contribuições - Total no Ano

TIPO DE CONTRIBUIÇÃO	ORIGEM DA CONTRIBUIÇÃO						TOTAL
	INB	ELETRONUCLEAR	NUCLEP	NUCLEOS	AUTOPATROCINADOS	ASSISTIDOS	
NORMAL PARTICIPANTE	1.779.337,03	3.618.538,60	933.989,85	49.585,18	152.631,93	812.965,58	7.347.048,17
NORMAL PATROCINADORA	374.255,71	739.283,27	192.450,38	12.056,29	19.737,87		1.337.783,52
EXTRAORDINÁRIA PATROCINADORA	4.003.305,90	7.907.900,50	2.058.586,50	128.962,81			14.098.755,71
TOTAL	6.156.898,64	12.265.722,37	3.185.026,73	190.604,28	172.369,80	812.965,58	22.783.587,40

Receita com Contribuições





Em contrapartida, as despesas previdenciais estão representadas pelo gasto médio mensal do plano com o pagamento dos benefícios (Quadro 6) e pelo total despendido com pagamento de benefícios ao longo de 2006 (Quadro 7).

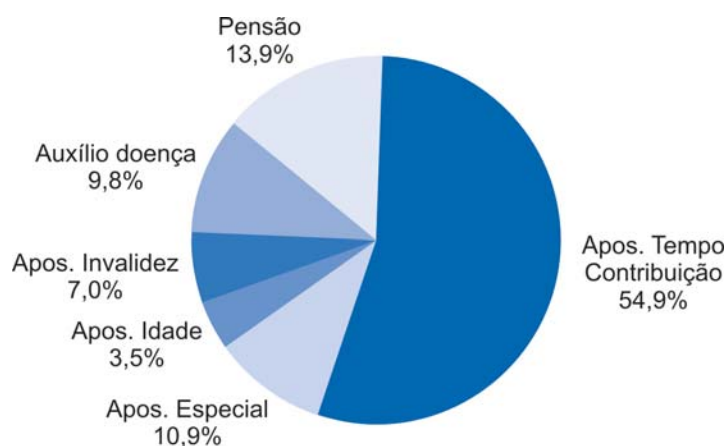
Quadro 6 - Despesa com Pagamento de Benefícios - Média Mensal

TIPO DE BENEFÍCIO	PATROCINADORA				TOTAL
	INB	ELETRONUCLEAR	NUCLEP	NUCLEOS	
APOS. TEMPO CONTRIBUIÇÃO	319.455,99	311.351,81	58.391,12	15.875,20	705.074,12
APOS. ESPECIAL	80.594,37	42.232,88	17.515,72		140.342,97
APOS. POR IDADE	27.769,21	13.758,24	3.502,66	389,82	45.419,93
APOS. INVALIDEZ	50.592,92	24.943,18	14.667,71		90.203,81
AUXÍLIO DOENÇA	37.285,54	55.684,27	31.749,11	776,73	125.495,65
PENSÃO	102.051,25	49.792,19	24.990,67	1.216,06	178.050,17
TOTAL	617.749,28	497.762,57	150.816,99	18.257,81	1.284.586,65

Quadro 7 - Despesa com Pagamento de Benefícios - Total no Ano

TIPO DE BENEFÍCIO	PATROCINADORA				TOTAL
	INB	ELETRONUCLEAR	NUCLEP	NUCLEOS	
APOS. TEMPO CONTRIBUIÇÃO	4.152.927,89	4.047.573,52	759.084,51	206.377,61	9.165.963,53
APOS. ESPECIAL	1.047.726,77	549.027,47	227.704,37	0,00	1.824.458,61
APOS. POR IDADE	360.999,70	178.857,15	45.534,57	5.067,66	590.459,08
APOS. INVALIDEZ	657.707,96	324.261,33	190.680,18	0,00	1.172.649,47
AUXÍLIO DOENÇA	484.712,02	723.895,48	412.738,42	10.097,48	1.631.443,40
PENSÃO	1.326.666,19	647.298,45	324.878,72	15.808,83	2.314.652,19
TOTAL	8.030.740,53	6.470.913,40	1.960.620,77	237.351,58	16.699.626,28

Despesa com Pagamento de Benefícios

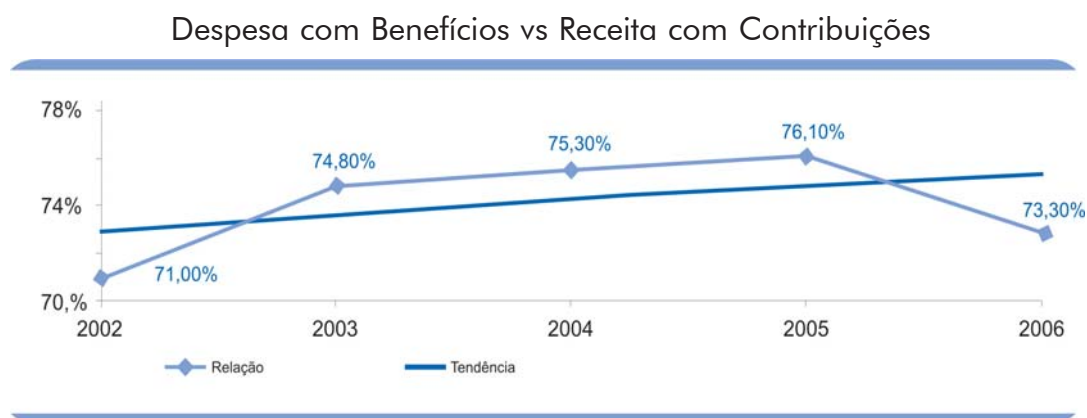


Podemos observar no Quadro 8 e gráfico abaixo que o volume médio de receitas, ao longo dos anos, tem superado o volume médio de despesas e que a relação entre despesa e receita variou entre 71% e 76,1%, no mesmo período analisado.

Por outro lado, o que inicialmente pode indicar uma situação relativamente confortável, deve ser analisado sob o conhecimento da existência de, aproximadamente, 120 participantes com idade superior a 58 anos, sugerindo que, no mínimo, parte desses participantes está postergando sua aposentadoria no Nucleos e, com isso, os gastos com pagamento de benefícios encontram-se subestimados.

Quadro 8 - Relação Despesa com Benefícios vs Receita com Contribuições

Ano	Receita de Contribuições	Despesa com Benefícios	Relação Despesa/Receita
2002	12.376.720,32	8.784.422,16	71,0%
2003	14.806.903,64	11.075.622,45	74,8%
2004	17.136.284,65	12.902.807,30	75,3%
2005	19.667.611,62	14.963.361,60	76,1%
2006	22.583.587,40	16.699.626,28	73,3%



Avaliação Atuarial

Nas páginas a seguir, apresentamos, de forma sucinta, os resultados da Avaliação Atuarial realizada em 2006, em especial aqueles obtidos com a mensuração dos recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo Nucleos e as medidas que foram adotadas pela instituição para a solução do déficit verificado.

Premissas utilizadas na Avaliação Atuarial

As premissas utilizadas nesta avaliação atuarial estão em consonância com os preceitos estabelecidos na Resolução nº 18 do CGPC, de 28/03/2006 e, comparativamente à reavaliação realizada em 2005, estão sintetizadas no quadro a seguir:

PREMISSA	Reavaliação	
	2006	2005
1. Bases Biométricas		
1.1 Tábua de Mortalidade de Válidos	At-2000	At-2000
1.2 Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49	STE A
1.3 Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
1.4 Encargo Médio com Herdeiros	STE A	STE A
2. Rotatividade Média Anual		
2.1 Ativos		
2.1.1 Até 47 anos		
INB, ELETRONUCLEAR, NUCLEP	1,00%	1,00%
NUCLEOS	5,00%	1,00%
AUTOPATROCINADOS	0,00%	0,00%
2.1.2 A partir de 48 anos	0,00%	0,00%
3. Crescimento Anual Real de Salários		
3.1.1 Até 47 anos		
INB	1,14%	2,74%
ELETRONUCLEAR	1,51%	2,74%
NUCLEP	1,18%	2,74%
NUCLEOS	1,14%	2,74%
AUTOPATROCINADOS	0,00%	0,00%
3.1.2 De 48 anos a 58 anos		
INB	1,14%	0,00%
ELETRONUCLEAR	1,51%	0,00%
NUCLEP	1,18%	0,00%
NUCLEOS	1,14%	0,00%
AUTOPATROCINADOS	0,00%	0,00%
3.1.3 A partir de 59 anos	0,00%	0,00%
4. Teto Salário de Benefícios INSS	R\$ 2.801,56	R\$ 2.508,72
5. Base Cadastral	Mai 2006	Abril 2005
6. Salário de Participação		
6.1. Valor Máximo	R\$ 8.404,68	R\$ 7.526,16
7. Inflação (g1)	5,00%	5,00%
8. Fator Redutor (g2)	5,00%	5,00%
9. Taxa Anual de Juros	6,00%	6,00%
10. Taxa de Custeio Administrativo	15,00%	15,00%
11. Plano de Custeio		
11.1. Contribuição Normal		
11.1.1. Participantes		
Percentual Geral	1,500%	1,500%
Primeiro Perc. Adicional	0,700%	0,700%
Segundo Perc. Adicional	5,600%	5,600%
11.1.2. Assistidos	8,000%	8,000%
11.1.3. Patrocinadoras	0,943%	0,943%
11.2. Contribuição Extraordinária		
11.2.1. Patrocinadoras	10,087%	10,087%

Balço Patrimonial – Dezembro 2006

Os resultados da avaliação atuarial, procedida segundo as hipóteses formuladas, indicam os compromissos tabulados abaixo, já posicionados em 31/12/2006, quando o Ativo do Nucleos montava a R\$ 725.804.979,54.

Item do Passivo	VALOR
EXIGÍVEL	2.785.521,56
PROVISÕES MATEMÁTICAS	734.598.178,00
Benefícios Concedidos	178.561.274,00
Benefícios a Conceder	630.956.245,00
Provisões Matemáticas a Constituir	(74.919.341,00)
FUNDOS	104.303.439,24
Fundo Previdencial (Cobertura de Oscilação de Risco)	102.594.609,00
Fundo Assistencial	317.047,23
Fundo Administrativo	503.355,48
Fundo Investimento	888.427,53
DÉFICIT	(115.882.159,26)
Total do Passivo	725.804.979,54

Concluindo, a reavaliação atuarial anual de 2006 foi realizada de acordo com a metodologia, hipóteses e premissas determinadas em nota técnica atuarial, com os dados cadastrais dos participantes fornecidos pelo Nucleos, na data de 31 de maio, os quais foram comparados aos parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta reavaliação, sendo considerados suficientes e completos.

Observa-se que, em relação à avaliação anterior (2005), houve modificação quanto às hipóteses adotadas, mais especificamente, quanto à tábua de mortalidade de válidos e inválidos, perspectiva de crescimento real de salários e rotatividade.

Relativamente aos resultados obtidos nesta reavaliação, projetados para 31 de dezembro de 2006, constatou-se insuficiência patrimonial no valor de R\$ 115.882.159,26, que foi objeto de equacionamento para a manutenção do equilíbrio do plano.

Assim sendo, em face do déficit apresentado, decidiu-se manter os atuais percentuais para determinação do valor das contribuições dos participantes ativos, assistidos e das patrocinadoras e, em atendimento às Leis Complementares nº 108 e nº 109, instituir uma contribuição adicional para cobertura do déficit apresentado, a vigorar a partir de 01/07/2007, conforme tabela abaixo:

Tipo de Contribuinte	Tipo de Contribuição			TOTAL
	Normal	Extraordinária	Adicional	
Ativos				
Percentual Geral	1,500%		0,960%	2,460%
Primeiro Percentual Adicional	0,700%		0,450%	1,150%
Segundo Percentual Adicional	5,600%		3,590%	9,190%
Assistidos	8,000%		5,130%	13,130%
Patrocinadoras	0,943%	10,087%	4,890%	15,920%

A adoção desta medida implicou a redução das provisões matemáticas, pelo aumento do valor atual das contribuições futuras que serão vertidas pelos participantes, assistidos e patrocinadoras, restabelecendo o equilíbrio atuarial do plano, conforme quadro a seguir:

Item do Passivo	VALOR
EXIGÍVEL	2.785.521,56
PROVISÕES MATEMÁTICAS	618.716.018,74
Benefícios Concedidos	171.388.228,00
Benefícios a Conceder	522.247.131,74
Provisões Matemáticas a Constituir	(74.919.341,00)
FUNDOS	104.303.439,24
Fundo Previdencial (Cobertura de Oscilação de Risco)	102.594.609,00
Fundo Assistencial	317.047,23
Fundo Administrativo	503.355,48
Fundo Investimento	888.427,53
DÉFICIT / SUPERÁVIT	-
Total do Passivo	725.804.979,54



Gestão Assistencial

O ano de 2006 foi marcado por mudanças neste programa. Com o objetivo de tornar o Núcleos Saúde um programa assistencial tecnicamente viável, deu-se início ao processo de reavaliação de todas as políticas e metodologia adotadas pelo plano, buscando garantir a excelência no atendimento prestado aos seus beneficiários, além de otimizar o processo de gestão.

As principais mudanças operacionais foram iniciadas em conjunto com o processo de certificação do Núcleos que ao abranger todas as atividades relacionadas à gestão do Instituto, aprimorou e qualificou os principais processos adotados na gestão do programa assistencial, avaliando não somente as rotinas administrativas, como também os processos de natureza médica.

Além dos aspectos estruturais, o ano foi marcado pelo equacionamento das contas do plano, dando ênfase, principalmente, à quitação da dívida contraída junto aos prestadores de serviço do plano de saúde que, em dezembro de 2005, era de aproximadamente R\$ 300 mil.

Quanto ao balanço econômico-financeiro, o exercício de 2006 apresentou resultado superavitário, consolidando as políticas e as medidas adotadas pela atual direção.

A partir das informações apresentadas a seguir, pode-se observar que o ano de 2006 foi dedicado basicamente à realização de atividades voltadas para reestruturação financeira e para o aprimoramento dos mecanismos de controle e gestão. Tais medidas tiveram como foco a qualificação dos processos de modo a garantir a qualidade dos serviços oferecidos pelo programa.

Principais fatos

REFERENCIAMENTO MÉDICO - Prática adotada pelas maiores operadoras de planos de saúde do país. Neste último exercício, o Núcleos procurou dar mais ênfase ao processo de triagem e ao direcionamento dos atendimentos gerados pelos beneficiários do plano, de forma a assegurar um adequado atendimento aos beneficiários, estreitar o relacionamento com os prestadores de serviço, combater a pulverização dos atendimentos e, finalmente, evitar a alocação inadequada ou desperdício de tempo e recurso no atendimento dos beneficiários do plano.

REESTRUTURAÇÃO DA REDE CREDENCIADA - Buscando adaptar a rede credenciada à demanda de atendimento gerada pelos beneficiários dos planos, deu-se início ao processo de revisão dessa rede, de forma a propiciar um adequado atendimento àquela demanda, possibilitando, já no próximo exercício, a emissão de um novo guia orientador da rede credenciada.

PROGRAMA DE ATENÇÃO GERIÁTRICA - Como resultado desse esforço visando à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do plano, o Programa de Atenção Geriátrica prosseguiu com a implantação da estratégia de ampliar o número de beneficiários.

Beneficiários do Programa de Atenção Geriátrica

Faixa Etária	Usuários do Núcleos Saúde	Beneficiários Inscritos no Programa			Relação Percentual
		Mulheres	Homens	TOTAL	
60-69	183	2	4	6	3,3%
70-79	93	7	3	10	10,8%
80-89	67	28	10	38	56,7%
90-00	17	9	3	12	70,6%
TOTAL	360	46	20	66	18,3%

Embora o programa ainda atenda a um número restrito de beneficiários, ao avaliarmos as faixas etárias mais elevadas constatamos que aproximadamente 60% dos beneficiários com idade igual ou superior a 80 anos estão sendo assistidos pelo programa.

RECUPERAÇÃO DO FUNDO DE OSCILAÇÃO E RISCO - Tendo início em meados de 2005, durante o exercício de 2006 foi possível colocar o fundo de oscilação e risco no patamar estabelecido pelo Conselho Deliberativo, o que vem facilitando ao Núcleos suportar as oscilações ocorridas decorrentes da operacionalização dos planos de saúde.

Evolução do Fundo de Oscilação e Risco

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
SALDO REALIZADO	860.970,84	990.063,56	554.011,03	89.942,49	271.506,49	888.427,53
CRESCIMENTO ANUAL		15%	-44%	-84%	202%	227%
META ESTABELECIDADA				500.000,00	558.450,00	608.096,21
RELAÇÃO SALDO / META				18%	49%	146%

A meta é atualizada anualmente pelo índice de reajuste da ANS.

REAJUSTE DAS MENSALIDADES - Em razão do término da cobrança extra instituída em 2005, houve necessidade de se adequar, em junho de 2006, as mensalidades do Núcleos Saúde I e do Núcleos Saúde II. Tal medida buscou evitar que os planos, devido à brusca redução em sua receita, voltassem a apresentar situação deficitária, o que demandaria a adoção de medidas saneadoras visando à sua manutenção até que o novo plano seja aprovado pelo órgão regulador.

Embora reajustados, os planos I e II permaneceram com seu valor inferior à maioria dos planos comercializados no mercado.

PANORAMA DOS PLANOS NUCLEOS SAÚDE I e NUCLEOS SAÚDE II - A despesa total do programa assistencial no exercício atingiu o montante de R\$ 2,40 milhões, representando uma redução de aproximadamente 14% em relação ao ano de 2005. A receita apurada foi de R\$ 2,79 milhões, o que resultou em um superávit primário de aproximadamente R\$ 396 mil. Além do superávit operacional, o programa acumulou a rentabilidade obtida com o investimento dos recursos existentes no fundo assistencial, aproximadamente R\$ 221 mil, totalizando no exercício de 2006 um resultado positivo de R\$ 617 mil.

Nas tabelas a seguir apresentamos a evolução das receitas e despesas percebidas pelo Programa Assistencial nos últimos seis anos, o índice de sinistralidade obtido e os resultados, por plano, alcançados em 2006.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
RECURSOS COLETADOS	1.050.865,93	1.236.627,63	1.506.126,57	1.890.411,66	2.964.860,64	2.794.697,26
RECURSOS UTILIZADOS	1.209.155,74	1.107.534,91	1.942.179,10	2.354.480,20	2.783.296,64	2.398.377,99
SINISTRALIDADE	115%	90%	129%	125%	94%	86%

PLANO	Recursos Coletados	Recursos Utilizados	Resultado Operacional	Resultado Financeiro	Fundo de Oscilação de Risco
NUCLEOS SAÚDE I	1.925.430,86	1.773.176,59	152.254,27	191.946,01	649.826,33
NUCLEOS SAÚDE II	869.266,40	625.201,40	244.065,00	28.655,76	238.601,20
TOTAL	2.794.697,26	2.398.377,99	396.319,27	220.601,77	888.427,53

Como se pode observar, a partir das medidas adotadas em 2005, o plano vem apresentando uma taxa de sinistralidade – relação percentual entre recursos utilizados e recursos coletados - decrescente e compatível com a sua capacidade financeira, possibilitando o resultado positivo observado nos dois últimos exercícios. Por outro lado, embora mais confortável que nos anos anteriores, o plano ainda necessita de um monitoramento constante e de duras medidas corretivas, tendo em vista que a sinistralidade em 2006 permaneceu superior a 80%, quando o ideal é mantê-la abaixo de 70% e, com isso, acumular recursos para fazer frente a ocorrências fora da normalidade.

DISTRIBUIÇÃO DE USUÁRIOS - Entre ativos, assistidos, dependentes e agregados, o Nucleos Saúde encerrou o exercício com **2.381** beneficiários, representando uma redução da ordem de **4,62%** em relação ao exercício anterior. No quadro abaixo é apresentada a distribuição de beneficiários por plano e categoria:

Distribuição de Beneficiários por Plano

PARTICIPANTES	TITULARES	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL
NS I	221	213	130	564
NS II	538	680	143	1.361
TOTAL	759	893	273	1.925

ASSISTIDOS	TITULARES	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL
NS I	187	139	61	387
NS II	22	26	12	60
TOTAL	209	165	73	447

AUTOPATROCINADOS	TITULARES	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL
NS I	1	-	1	2
NS II	2	2	3	7
TOTAL	3	2	4	9

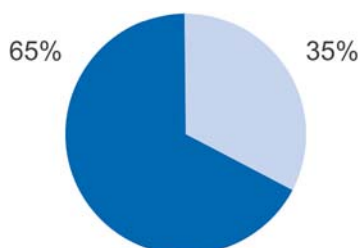
TOTAL POR PLANO	TITULARES	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL
NS I	409	352	192	953
NS II	562	708	158	1.428
TOTAL	971	1.060	350	2.381

No que se refere a idade, plano e tipo de usuário, a massa está assim distribuída:

Distribuição Etária dos Beneficiários

FAIXA ETÁRIA	BENEFICIÁRIOS DIRETOS			BENEFICIÁRIOS INDIRETOS			TOTAL DE BENEFICIÁRIOS		
	PLANO		TOTAL	PLANO		TOTAL	PLANO		TOTAL
	NS I	NS II		NS I	NS II		NS I	NS II	
00 - 18	12	19	31	45	287	332	57	306	363
19 - 23	18	26	44	35	85	120	53	111	164
24 - 28	59	63	122	8	114	122	67	177	244
29 - 33	31	10	41	2	173	175	33	183	216
34 - 38	3	4	7	8	130	138	11	134	145
39 - 43	2	2	4	16	111	127	18	113	131
44 - 48	5	3	8	53	71	124	58	74	132
49 - 53	20	7	27	102	117	219	122	124	246
54 - 58	70	5	75	92	82	174	162	87	249
59 ou mais	299	71	370	73	48	121	372	119	491
Total	519	210	729	434	1.218	1.652	953	1.428	2.381

Beneficiários Diretos



Beneficiários Indiretos



Beneficiários Totais



■ Até 48 anos ■ Acima de 48 anos

Da análise dos quadros anteriores, verifica-se que 41% do total de beneficiários têm idade igual ou superior a 48 anos. Ao analisar-se isoladamente os tipos de usuários existentes, é possível verificar que entre os usuários diretos (grupo que efetivamente utiliza a rede de atendimento do Núcleos Saúde), 65% têm idade igual ou superior a 48 anos, demonstrando com isso uma concentração de usuários nas faixas onde o volume de utilização é consideravelmente maior. Confirma-se, assim, a crescente tendência no aumento da sinistralidade do plano que, por consequência, eleva os gastos com a assistência médica.

PRINCIPAIS INDICADORES SETORIAIS - Os dados a seguir mostram a avaliação dos resultados obtidos pelo programa assistencial, comparando-os com os principais indicadores de segmento de autogestão, através do acompanhamento realizado pela UNIDAS – União Nacional das Empresas de Autogestão em Planos de Saúde e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Quadro 1 - Indicadores de Desempenho

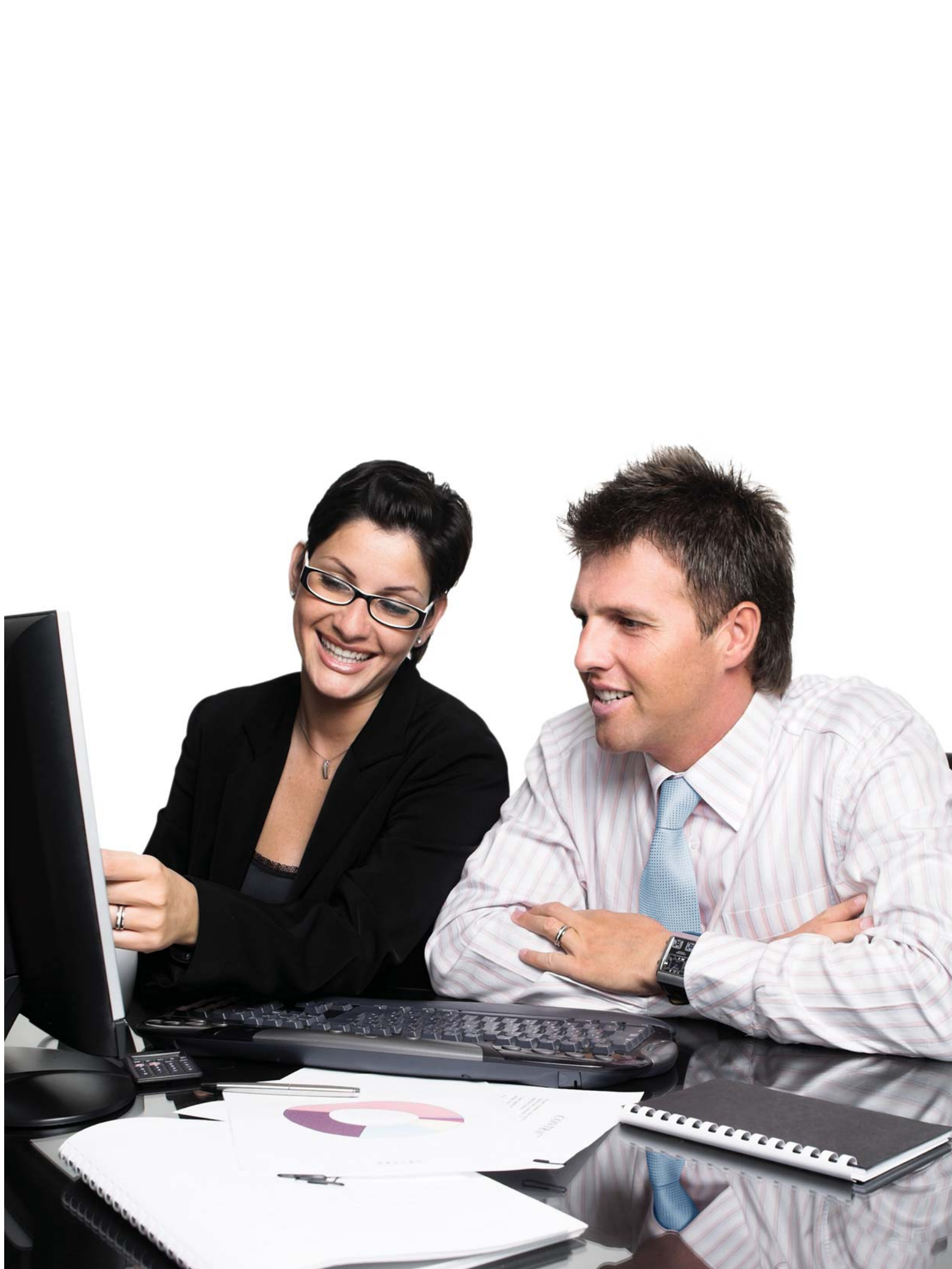
Indicador	Unidas	Nucleos	Varição
Consulta por Beneficiário / Ano (QTD)	5,87	5,50	-6,30%
Exames por Usuário / Ano (QTD)	12,15	22,86	88,15%
Exames por Consulta (QTD)	2,07	4,16	100,97%
Cobertura Médico Hospitalar - Por Usuário / Ano (R\$)	1.302,56	2.332,20	79,05%
Cobertura Médico Hospitalar - Por Usuário / Mês (R\$)	108,55	194,35	79,04%

Quadro 2 - Distribuição de Beneficiários por Faixa Etária

FAIXA	ANS	NUCLEOS	VARIAÇÃO
00-09	13,84%	7,22%	-47,82%
10-19	13,98%	8,69%	-37,83%
20-29	20,88%	18,65%	-10,69%
30-39	18,33%	14,07%	-23,25%
40-49	15,07%	11,63%	-22,80%
50-59	9,34%	21,13%	126,23%
60-69	4,54%	10,25%	125,79%
70-79	2,76%	4,16%	50,38%
80-00	1,25%	4,20%	236,59%
TOTAL	100,00%	100,00%	

Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários - ANS/MS (Seguimento de autogestão)

Pode-se observar nos quadros anteriores que, em relação ao sistema, os indicadores apresentados no Quadro 1 não são nada favoráveis ao plano de saúde administrado pelo Nucleos. Além disso, o Quadro 2 mostra, comparativamente aos dados gerais do sistema, segundo a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, que os beneficiários do Instituto concentram-se nas faixas etárias mais elevadas, situação que poderá futuramente exigir a revisão dos planos a fim de garantir a continuidade do programa de assistência à saúde.



Gestão financeira e de investimentos

Composição da carteira de investimentos

Carteira global de investimentos

O instituto busca através de uma administração clara e transparente o melhor desempenho de seus investimentos. Abaixo apresentamos a carteira global dos investimentos comparada ao ano anterior.

DESCRIÇÃO	2006		2005	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Renda Fixa	492.434	82,12%	436.430	83,86%
Letras Financeiras do Tesouro	4.194	0,70%	4.484	0,86%
Quotas de Fundos de Renda Fixa	405.213	67,57%	325.986	62,64%
Debêntures não Conversíveis	80.071	13,35%	97.222	18,68%
Certificado a Termo de Energia Elétrica	2.956	0,49%	4.100	0,78%
Notas Promissórias	0	0%	4.638	0,89%
Renda Variável	67.022	11,18%	42.199	8,11%
Ações	22	0,00%	23	0,00%
Quotas de Fundos de Investimentos	49.183	8,20%	25.899	4,98%
Quotas de Fundos em Participações	17.817	2,97%	16.277	3,12%
Investimentos Imobiliários	25.636	4,27%	27.986	5,38%
Empréstimos aos Participantes	14.515	2,42%	13.731	2,64%
Outros	77	0,01%	76	0,01%
Total	599.684	100,00%	520.422	100,00%

Aderência à Política de Investimentos e aos limites legais

A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2006 comparativamente aos limites da Política de Investimentos e ao máximo legal permitido pela legislação em vigor, está demonstrada no quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	Dezembro/2006		Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 3121)
	Valor (R\$ mil)	Participação	Objetivo ⁽¹⁾	Limite Inferior	Limite Superior	
Renda Fixa	492.434	82,11%	65,00%	50,00%	100,00%	100,00%
Letras Financeiras do Tesouro	4.194	0,70%				
Quotas de Fundos de Renda Fixa	405.213	67,57%				
Debêntures não Conversíveis	80.071	13,35%				
Certificado a Termo de Energia Elétrica	2.956	0,49%				
Renda Variável	67.022	11,18%	25,00%	0,00%	50,00%	50,00%
Ações	22	0,00%				
Quotas de Fundos de Investimentos	49.183	8,20%				
Quotas de Fundos em Participações	17.817	2,97%				
Investimentos Imobiliários	25.636	4,27%	5,00%	0,00%	11,00%	11,00%
Empréstimos aos Participantes	14.515	2,42%	5,00%	0,00%	15,00%	15,00%
Outros	110	0,02%				
Total dos Recursos Garantidores	599.717	100,00%				100,00%

(1) Período de 2006 a 2010

Como é possível observar no quadro anterior, os investimentos do Nucleos estão em conformidade com o estabelecido na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo para o período de 2006 a 2010 e com os limites legais estabelecidos pela legislação vigente.

O único desenquadramento verificado está relacionado à participação no Fundo de Investimentos em Participações – CRT, onde o Nucleos detém 100% das quotas do fundo, quando a legislação em vigor estabelece o limite de 25%. Essa participação no valor aproximado de R\$ 14 milhões foi adquirida em 2003. O Instituto vem implementando diversas ações no sentido de colocar à venda o excedente (75%), dentre elas: negociação com fundos de pensão e instituições financeiras; estruturação de oferta pública (leilão) para venda; negociação com grupo controlador da CRT.

Por tipo de gestão

No quadro abaixo, pode-se verificar a distribuição dos ativos de acordo com o tipo de gestão:

DESCRIÇÃO	Gestor	Posição em 31/12/2006 (R\$ mil)	% s/ Total da Gestão	% s/ Total da Geral
Fundos de Renda Fixa/Multimercado				
Európio FIF NUC	Banco do Brasil	75.492	15,99	12,59
Urânio FIF NUC	ABN-AMRO	58.458	12,38	9,75
Neutron FAQ FIF	ABN-AMRO	11.730	2,48	1,96
Monazita FIF NUC	Bradesco	205.205	43,46	34,22
Zircônio FIF NUC	Bradesco	54.328	11,51	9,06
Fundos de Investimentos em Ações				
Titânio FIA	Unibanco	25.273	5,35	4,21
Próton FIA	Banco Votorantim	23.910	5,06	3,99
Fundos de Investimentos em Participações				
CRT FIP	Oliveira Trust	14.038	2,97	2,34
PCH FIP	UNITAS	3.779	0,80	0,63
Total Gestão Terceirizada		472.213	100,00	78,74
Renda Fixa	Nucleos	87.221	68,42	14,54
Renda Variável	Nucleos	22	0,02	0,00
Investimentos Imobiliários	Nucleos	25.636	20,11	4,27
Empréstimos e Financiamentos	Nucleos	14.515	11,39	2,42
Outros	Nucleos	77	0,06	0,01
Total Gestão Própria		127.471	100,00	21,26
Total Geral		599.684		100,00

Como podemos observar, aproximadamente 79% do total de recursos administrados pelo Nucleos estão sob gestão de algumas das maiores instituições do mercado financeiro. Os investimentos de Renda Fixa e Variável, sob gestão do Nucleos, referem-se a ativos que estão em fase de amortização ou liquidação, não havendo qualquer gestão ativa sobre essa carteira. Os recursos recebidos provenientes desses ativos são direcionados para os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada. Cabe ressaltar que o patrimônio do Fundo Monazita contempla todos os títulos públicos federais marcados a vencimento, adquiridos no período de junho de 2004 a junho de 2005. Assim, este Fundo não possui gestão ativa, ocorrendo uma redução abrupta da taxa de administração, passando de 0,18%, em média, para 0,03% ao ano.

Por tipo de precificação

A legislação em vigor possibilita duas formas de precificar os títulos e valores mobiliários, constantes nas carteiras de investimentos das entidades de previdência complementar: “marca-

ção a mercado” ou “na curva”. A marcação a mercado significa estabelecer o preço do ativo de acordo com o preço médio dos negócios realizados no dia, e a marcação pela curva, também conhecida como “a vencimento”, pressupõe que o ativo seja mantido até a data de vencimento, sendo valorizado diariamente, de acordo com as taxas pactuadas na sua aquisição.

O quadro abaixo mostra como estão distribuídos os ativos do Nucleos, de acordo com os critérios de precificação e o impacto, caso os ativos da categoria “a vencimento” fossem “marcados a mercado”.

ATIVO	Posição Contábil (31/12/2006 R\$ mil)	Posição caso todos os ativos estivessem marcados a mercado (31/12/2006 - R\$ mil)
Renda Fixa	492.434	492.145
Letras Financeiras do Tesouro	4.194	4.194
Quotas de Fundos de Renda Fixa	405.213	393.772
Debêntures não Conversíveis	80.071	80.071
Certificado a Termo de Energia Elétrica	2.956	2.956
Renda Variável	67.022	67.022
Ações	22	22
Quotas de Fundos de Investimentos	49.183	49.183
Quotas de Fundos em Participações	17.817	17.817
Investimentos Imobiliários	25.636	25.636
Empréstimos aos Participantes	14.515	14.515
Outros	77	77
Total dos Investimentos	599.684	588.243

Fonte: RiskOffice

Os ativos classificados na categoria “a vencimento” correspondem aos títulos NTN-B (vencimentos em 2024 e 2045), NTN-C (vencimento 2031), debêntures e Fundos de Participação (CRT e Energia PCH). Conforme demonstrado no quadro acima, se os ativos da categoria “a vencimento” fossem classificados de acordo com os critérios de “marcação a mercado”, o patrimônio sofreria um impacto negativo de R\$ 11,441 milhões. Esta situação é decorrente dos títulos públicos adquiridos no período de junho de 2004 a junho de 2005, abaixo das taxas de mercado, com ágio de, aproximadamente, R\$ 22 milhões, identificado pela auditoria realizada pela KPMG, ocasionando grave prejuízo financeiro ao Plano.

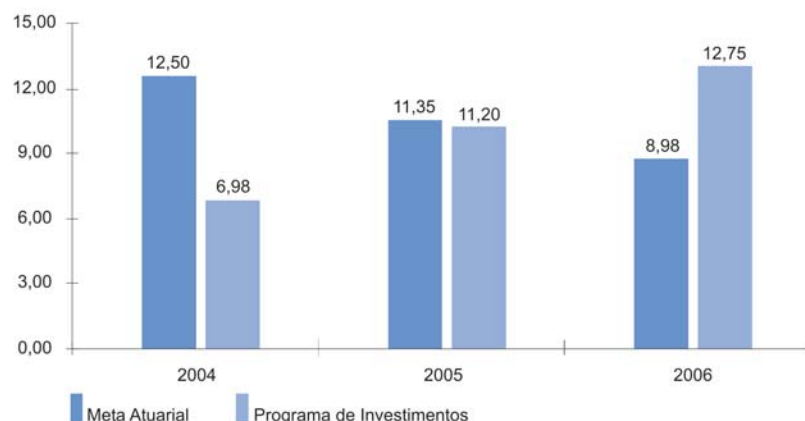


Rentabilidade dos Investimentos

Rentabilidade Global

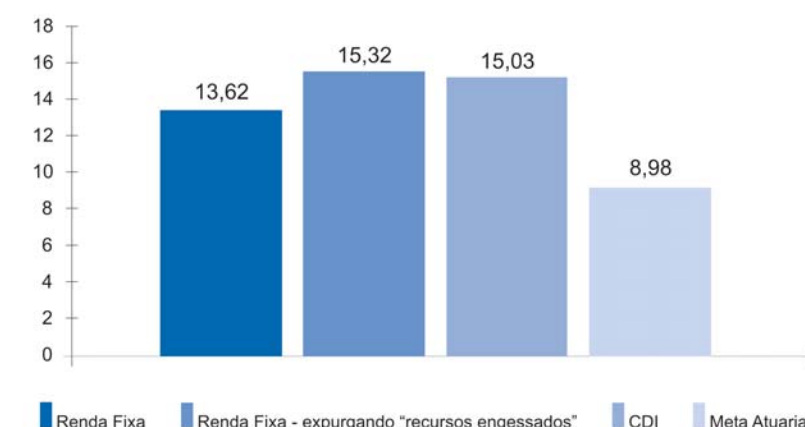
O gráfico abaixo apresenta a rentabilidade dos investimentos nos últimos três anos comparativamente à meta atuarial (INPC + 6% ao ano):

Programa de Investimentos vs Mínimo Atuarial
Evolução Anual - Últimos três anos



Segmento de renda fixa

O desempenho do segmento de Renda Fixa comparado ao seu *benchmark* (CDI – Certificado de Depósito Interbancário) e ao mínimo atuarial (INPC+6% ao ano) está demonstrado no quadro abaixo:



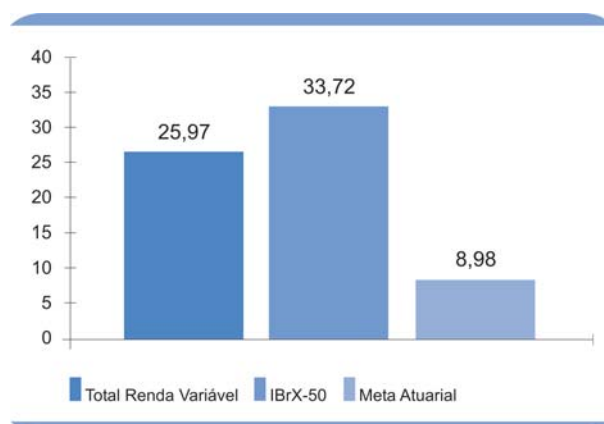
A rentabilidade do segmento de Renda Fixa (13,62%) ficou abaixo de seu *benchmark* CDI (15,03%) pelo fato do Instituto possuir, além de debêntures de baixa liquidez, um volume expressivo em títulos públicos, com vencimento nos anos de 2024, 2031 e 2045, comprados com ágio no período de junho 2004 a junho 2005, "marcados na curva" (categoria: levados a vencimen-

to), totalizando R\$ 292.103.571,00 e representando cerca de 59% do total do segmento, na sua maioria, indexados a índices de inflação, IGP-M e IPCA e adquiridos a taxas inferiores àquelas praticadas pelo mercado à época da compra. Expurgando estes recursos, a rentabilidade do segmento seria de 15,32%, portanto superior ao seu *benchmark*, de 15,03%.

Segmento de renda variável

A rentabilidade deste segmento ficou abaixo do seu *benchmark* (IBrX-50), muito pelo resultado dos Fundos de Investimentos em Participação (PCH FIP, adquirido em outubro de 2004, com rentabilidade de 17,56% no ano, e CRT FIP, adquirido em 2003, com rentabilidade de 15,34% no ano). Em relação aos Fundos de Investimentos em Ações, a rentabilidade foi de 31,97% (FIA Titânio) e 19,55% (FIA Próton – início em outubro de 2006), apesar de terem ficado um pouco abaixo do seu *benchmark* (33,72% em 2006 e 19,59% no período de outubro e dezembro de 2006), a composição de seus ativos (ações) estava totalmente alinhada com o seu *benchmark* e alocada somente nos ativos elegíveis permitidos na política de investimentos de 2006.

No gráfico abaixo podemos observar o desempenho do segmento, no ano, comparado ao seu *benchmark* e meta atuarial.



Segmento de Investimentos Imobiliários

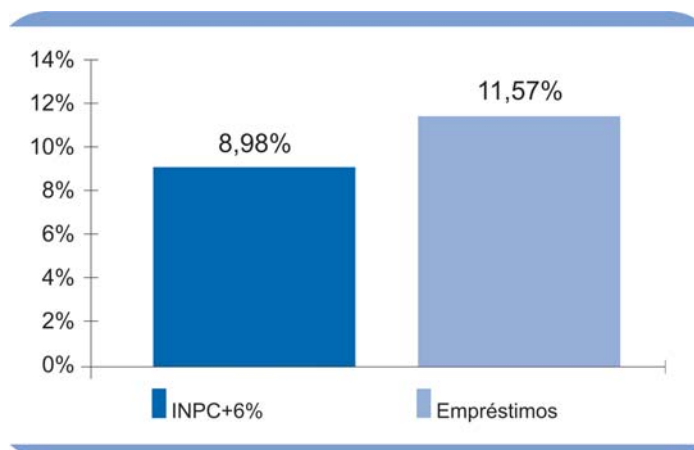
A participação do Nucleos neste segmento representa cerca de 4% do total dos investimentos, tendo registrado no ano uma rentabilidade de 9,80% (109% da meta atuarial), rentabilidade esta influenciada pelo lucro realizado com a venda da participação no Shopping Santana, ocorrida em outubro, pelo valor total de R\$ 6,655 milhões.

CATEGORIA	Imóvel	Valor Contábil R\$ mil	Valores a Receber R\$ mil
Uso Próprio	Rodrigo Silva, nº 26 - 15º	972	-
Locadas às Patrocinadoras	Mena Barreto, nº 161	6.709	40
Locadas a Terceiros	General Polidoro, nº 316	5.854	48
	Real Grandeza, nº 301	4.377	36
	Praia do Flamengo, nº 200 - 7º	3.006	77
Shopping Centers	Shopping Light	1.789	-
	Shopping Santana*	-	2.155
Fundo Imobiliário	Estação Plaza Show - PR	569	-
Total		23.275	2.356

(*) Valor a receber referente à venda da participação

Segmento de Empréstimos

Para o segmento de empréstimos e financiamentos, o Instituto definiu a sua meta atuarial como benchmark.



A rentabilidade acumulada do ano (11,57%) ficou superior à meta atuarial (INPC + 6% ao ano) de 8,98%.

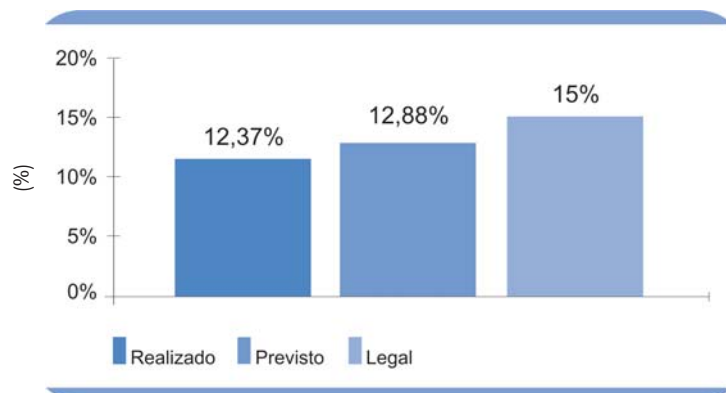
Custeio Administrativo

Administração Previdencial

O custeio administrativo do Programa Previdencial são as contribuições pagas por participantes e patrocinadores para manutenção das atividades do Instituto e correspondem a um percentual das contribuições vertidas ao plano.

Atualmente, o limite estabelecido pela legislação em vigor é de 15% sobre as contribuições para o Plano Previdencial. No orçamento de 2006 foi previsto um custeio de 12,88% para o referido programa, tendo o Nucleos se mantido abaixo de ambos os limites (Legal e Orçamentário) durante todo o ano de 2006, conforme gráfico abaixo.

Administração Previdencial x Receita de Contribuições



Administração dos Investimentos

Os custos incorridos com cada uma das atividades relacionadas à administração dos recursos do Nucleos estão demonstrados na tabela abaixo:

Em R\$

CUSTOS	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	ANO
Pessoal e Encargos	239.268	238.709	297.581	246.591	1.022.149
Despesas administrativas	307.590	311.580	272.284	497.601	1.389.055
Custódia	70.583	34.812	58.960	55.930	220.285
Auditoria	28.123	6.828	7.027	12.625	54.603
Assessoria atuarial	28.229	22.322	19.500	43.450	113.501
Assessoria financeira	9.010	7.004	7.004	7.031	30.048
Consultorias (Teleinformática)	10.851	10.471	14.685	12.265	48.272
Consultorias (Jurídica)	78.982	90.473	40.337	122.733	332.525
Serviços de avaliação de riscos	16.704	12.506	12.555	58.266	100.031
Sistemas de controle	12.443	8.567	17.145	32.027	70.182
TOTAL	801.783	743.271	747.078	1.088.519	3.380.651

Balanço e Demonstrações



Em 2006, o Nucleos concluiu a implantação de uma versão modernizada do módulo de controle financeiro, na Coordenadoria de Tesouraria, cujo processamento permite a integração dos demais sistemas de gestão com a Contabilidade, reduzindo na quase totalidade os lançamentos contábeis manuais.

Outro fator relevante foi a operacionalização do sistema de gestão da qualidade, que originou a certificação ISO 9001/2000, onde foram mapeados todos os procedimentos e atividades da área contábil, tornando possível promover um trabalho preventivo junto às demais áreas do Instituto, focando a qualidade e a rapidez da recepção dos dados na origem, permitindo que no curso do exercício de 2006 a Contabilidade alcançasse o seu objetivo fundamental: a redução do prazo de fechamento contábil do 20º dia útil do mês subsequente para o 8º dia útil, cumprindo desse modo o seu principal indicador de desempenho.

Balanço Patrimonial - 31 de Dezembro de 2006

R\$ mil

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
DISPONÍVEL	83	231	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.481	2.077
REALIZÁVEL	725.394	539.111	PROGRAMA PREVIDENCIAL	32	36
PROGRAMA PREVIDENCIAL	124.159	17.764	PROGRAMA ASSISTENCIAL	430	463
PROGRAMA ASSISTENCIAL	240	220	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	1.968	1.452
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	1.311	705	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	51	126
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	599.684	520.422	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	304	247
RENDA FIXA	492.434	436.430	PROGRAMA PREVIDENCIAL	1	85
RENDA VARIÁVEL	67.022	42.199	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	303	162
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	25.636	27.986	EXIGÍVEL ATUARIAL	618.716	633.508
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14.515	13.731	PROVISÕES MATEMÁTICAS	618.716	633.508
OUTROS REALIZÁVEIS	77	76	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	171.388	160.531
PERMANENTE	328	362	BENEFÍCIOS A CONCEDER	522.247	553.329
IMOBILIZADO	258	260	(-)PROV.MATEMÁT.A CONSTITUIR	(74.919)	(80.352)
DIFERIDO	70	102	RESERVAS E FUNDOS	104.304	(96.128)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	(191.576)
			RESULTADOS REALIZADOS	0	(191.576)
			(-)DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	0	(191.576)
			FUNDOS	104.304	95.448
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	102.595	94.345
			PROGRAMA ASSISTENCIAL	889	272
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	317	422
			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	503	409
TOTAL DO ATIVO	725.805	539.704	TOTAL DO PASSIVO	725.805	539.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Resultados Consolidados - 31 de Dezembro de 2006

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2006	2005	DESCRIÇÃO	2006	2005
PROGRAMA PREVIDENCIAL			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) RECURSOS COLETADOS	181.564	73.374	(+/-) RENDA FIXA	52.072	45.831
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(62.509)	(66.174)	(+/-) RENDA VARIÁVEL	15.503	(708)
(-/+) CONST./REVER.DE CONTINGÊNCIA	(409)	(85)	(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	3.993	6.741
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(2.822)	(2.378)	(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.654	1.865
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. PREVIDENCIAIS	69.210	50.801	(+/-) RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL	(225)	(524)
(-/+) CONST./REVER.DE PROV.ATUARIAIS	14.792	(72.340)	(+/-) OUTROS INVESTIMENTOS	0	231
(-/+) FORM./REVERSÃO DE FUNDOS	(8.250)	(10.046)	(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(3.380)	(2.351)
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	191.576	(26.848)	(+/-) RESULTADOS RECEB./TRANSF.P/OUTROS PROGRAMAS	(69.523)	(50.999)
PROGRAMA ASSISTENCIAL			(=) CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES) DE FUNDOS	94	86
(+) RECURSOS COLETADOS	2.795	2.762			
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(1.808)	(2.342)			
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(591)	(368)			
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	221	130			
(=) CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES) DE FUNDOS	617	182			
PROGRAMA ADMINISTRATIVO					
(+) RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	6.793	5.097			
(+) RECEITAS	55	98			
(-) DESPESAS	(6.868)	(5.270)			
(-/+) CONST./REVER.DE CONTINGÊNCIAS	(177)	(167)			
(+/-) RESULTADOS DOS INVEST. ADMINISTRATIVOS	92	68			
(=) CONSTITUIÇÕES (REVERSÕES) DE FUNDOS	(105)	(174)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações Patrimoniais e de Resultados

Demonstração Patrimonial e de Resultados em 31 de Dezembro de 2006
Plano de Benefício Previdencial - Plano Único

R\$

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
ATIVO	724.069.445,87	538.777.597,35	PASSIVO	724.069.445,87	538.777.597,35
DISPONÍVEL	71.651,51	213.538,95	CONTAS A PAGAR	1.634.443,44	1.421.276,33
CONTAS A RECEBER	125.436.772,83	18.434.855,80	VALORES EM LITÍGIO	303.971,98	247.285,42
APLICAÇÕES	598.233.489,84	519.767.119,72	COMPROMISSOS C/ PARTIC. E ASSIST.	618.716.018,74	633.508.053,00
RENDA FIXA	490.984.051,02	435.775.114,52	FUNDOS	103.415.011,71	95.176.478,21
RENDA VARIÁVEL	67.021.858,49	42.198.721,73	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-	(191.575.495,61)
IMÓVEIS	25.636.077,87	27.985.483,83	RESULTADOS REALIZADOS	-	(191.575.495,61)
EMPRÉSTIMOS/ FINANCIAMENTOS	14.515.050,65	13.731.347,83	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-
OUTRAS	76.451,81	76.451,81	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-	(191.575.495,61)
BENS DE USO PRÓPRIO	327.531,69	362.082,88	RESULTADOS À REALIZAR	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES	181.563.975,07	73.374.493,45
(-) BENEFÍCIOS	(62.509.602,85)	(66.174.162,18)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	72.776.729,56	53.307.504,10
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	191.831.101,78	60.507.835,37
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(6.222.557,02)	(4.803.753,68)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	(586.549,91)	(252.703,97)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	14.792.034,26	(72.340.238,00)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	(8.238.533,50)	(9.958.837,15)
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	-	-
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	191.575.495,61	(26.847.697,43)

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A RENTABILIDADE DO PLANO FOI EQUIVALENTE A 12,75%, CONTRA UM MÍNIMO ATUARIAL DE 8,98% (INPC + 6% aa)

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

CONFORME DETERMINADO NO PLANO DE CUSTEIO ANUAL, ESTABELECIDO NA AVALIAÇÃO ATUARIAL, O CUSTEIO ADMINISTRATIVO SERÁ COBERTO POR 15% DO SOMATÓRIO DAS CONTRIBUIÇÕES DAS PATROCINADORAS, DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS, MÁXIMO PREVISTO PELA LEGISLAÇÃO ATUAL (RESOLUÇÃO MPAS 01/78). AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS SÃO APROPRIADAS ENTRE OS PROGRAMAS, PROPORCIONALMENTE AO COMPROMETIMENTO DE SUAS RESPECTIVAS ATIVIDADES, EM RELAÇÃO AO CUSTEIO TOTAL, QUE NO EXERCÍCIO DE 2006 REPRESENTOU 12,37%.

Demonstração Patrimonial e de Resultados em 31 de Dezembro de 2006
Plano de Benefício Assistencial - Plano Único

R\$

ATIVO	EXERCÍCIO		PASSIVO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
ATIVO	1.735.533,67	926.538,98	PASSIVO	1.735.533,67	926.538,98
DISPONÍVEL	11.738,08	17.712,47	CONTAS A PAGAR	847.106,14	655.032,49
CONTAS A RECEBER	273.458,21	254.090,90	FUNDOS	888.427,53	271.506,49
APLICAÇÕES	1.450.337,38	654.735,61			
RENDA FIXA	1.450.337,38	654.735,61			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR
(+) CONTRIBUIÇÕES	2.794.697,26	2.761.621,38
(-) BENEFÍCIOS	(1.807.897,07)	(2.342.139,35)
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES	220.601,77	129.793,12
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	1.207.401,96	549.275,15
(-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	(590.480,92)	(367.711,15)
(+/-) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO	-	-
(+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)	-	-
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS	616.921,04	181.564,00

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A RENTABILIDADE DO PLANO FOI EQUIVALENTE A 15,98%.

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

O CUSTEIO ADMINISTRATIVO FOI APURADO DE ACORDO COM A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2006, APROVADA PELO CONSELHO DELIBERATIVO, TOTALIZANDO R\$ 590.480,92, NO EXERCÍCIO DE 2006.

Notas Explicativas



1 Contexto operacional

O Nucleos - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 22 de dezembro de 1978, de acordo com escritura lavrada em cartório, nos termos da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei complementar nº 109/2001, de 29 de maio de 2001, e obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar e de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A entidade tem como objetivo principal garantir a seus participantes e respectivos beneficiários a suplementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Os recursos financeiros de que o Nucleos dispõe para atender ao seu objetivo principal e para o seu funcionamento operacional são oriundos de contribuições de suas patrocinadoras Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB (instituidora); Eletrobrás Termonuclear S.A.– Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep e Nucleos – Instituto de Seguridade Social, de seus participantes, dos assistidos e dos rendimentos auferidos pelas aplicações desses recursos, que são efetuadas de acordo com o disposto na Resolução 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Nucleos foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, através da Resolução CGPC nº 05 de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações e implementadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de acordo com a legislação vigente.

3 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

- a) Os recursos coletados, os recursos utilizados, as receitas e as despesas são registrados pelo regime de competência;
- b) Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas nos respectivos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos;
- c) O ativo realizável Programa Previdencial registra os recursos a receber das patrocinadoras e dos participantes. As contribuições em atraso não contratadas das patrocinadoras são atualizadas monetariamente, até a data das demonstrações financeiras, em conformidade com os parâmetros definidos no Estatuto, no Plano Básico de Benefícios e nas disposições contratuais.
- d) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na Resolução CGPC nº 05 de 30 de janeiro de 2002 e alterações, que contempla a constituição de provisão escalonada e equivalente a 100% para atrasos superiores a 360 dias.
- e) Os títulos e os valores mobiliários, exceto quanto às aplicações em fundos de investimentos e em ações, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos foram corrigidos e apropriados mensalmente ao resultado pro rata dia, pelo prazo decorrente da aquisição até o vencimento do título.
- f) Os fundos de investimentos FIF e FAC são registrados ao custo de aquisição, deduzidos

das despesas diretas incorridas, e ajustados ao valor de mercado com base na variação média diária. Os fundos com recursos aplicados em ações e em participações são valorizados pela quota do último dia útil do mês.

g) As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes, ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia do mês que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). A variação verificada na comparação entre os valores contábeis e os de mercado é reconhecida diretamente no resultado do exercício. Os dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

h) Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de reavaliação.

i) As operações com participantes referem-se a empréstimos concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, atualizados monetariamente pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima esperada para os ativos da entidade) que é o INPC acrescido de 6% ao ano, para contratos celebrados a partir de janeiro de 2002, ou pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos celebrados até dezembro de 2001.

j) As provisões matemáticas correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela entidade em relação a seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos, calculadas de forma recorrente (recalculada mensalmente com dados atualizados), com base em informações relativas a maio de 2006, pela STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., empresa de consultoria atuarial responsável pelas avaliações atuariais do Nucleos.

k) As transferências interprogramas do resultado líquido do Programa de Investimentos para os Programas Previdencial e Administrativo são efetuadas proporcionalmente ao patrimônio líquido de cada programa, com base no mês anterior.

No Programa Previdencial o item Custeio Administrativo reflete o valor das importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo com a operacionalização de suas atividades, controladas através de centros de custo no Programa Administrativo.

As transferências do Programa Assistencial para o Programa Administrativo, cuja finalidade é a cobertura das despesas administrativas relacionadas com a atividade assistencial (Nucleos Saúde), são efetuadas através de contas próprias. As transferências do Programa de Investimentos para o Programa Assistencial são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do Programa Assistencial.



4 Programa Previdencial

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	31/12/2006						31/12/2005	
	PATROCINADORAS				PARTICIPANTES	OUTROS		TOTAL
	INB	ETN	NUCLEP	SUB TOTAL				
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS	500	1.080	260	1.840	96	1.936	1.616	
NÃO CONTRATADAS			0	0		0	0	
ANTERIOR A 31/08/88			10.691	10.691		10.691	110.499	
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA			(10.691)	(10.691)		(10.691)	(110.499)	
POSTERIOR A 31/08/88			21.345	21.345		21.345	18.840	
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA			(21.345)	(21.345)		(21.345)	(18.840)	
CONTRATADAS	120.496	0	0	120.496		120.496	14.158	
CONTRATO A VENCER	120.496			120.496		120.496	14.158	
CONTRATO INB	119.186			119.186		119.186	0	
VALORES A RECEBER	1.310			1.310		1.310	0	
CONTRATO VENCIDO			0	0				
CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO			47.785	47.785		47.785	37.125	
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA			(47.785)	(47.785)		(47.785)	(37.125)	
DÍVIDA ASSISTENCIAL			137.956			137.956	107.683	
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA			(137.956)			(137.956)	(107.683)	
OUTROS REALIZÁVEIS						1.727	1.990	
TOTAL	120.996	1.080	260	122.336	96	1.727	17.764	

4.1 Contribuições do mês

Referem-se aos valores relativos ao mês de competência, cujos repasses ocorrem até o 2º dia útil após o pagamento da respectiva folha de salários de cada patrocinadora.

4.2 Contribuições em atraso não contratadas

Referem-se às parcelas devidas pelas patrocinadoras conforme a seguir:

INB – composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

a) período anterior a 31 de agosto de 1988 – O valor a receber em 31 de dezembro de 2005 é equivalente a R\$ 101.181.

b) período de março a agosto de 1999 – O valor a receber em dezembro de 2005 no montante de R\$ 223 corresponde ao saldo da atualização monetária, pois as parcelas relativas ao principal foram quitadas até 14 de março de 2000.

NUCLEP – Composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

a) período anterior a 31 de agosto de 1988 – O valor a receber em 31 de dezembro de 2006 é equivalente a R\$ 10.691 (R\$ 9.318 em 2005);

b) período de janeiro de 1995 a dezembro de 1996 – refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2006 corresponde a R\$ 2.400 (R\$ 2.088 em 2005);

c) período de junho de 1995 a dezembro de 2000 – O valor corresponde às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2006 são equivalentes a R\$ 18.945 (R\$ 16.529 em 2005).

4.3 Contribuições em atraso contratadas

Registra o montante da dívida contratada com as patrocinadoras INB e Nuclep, referentes aos contratos firmados em 27 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 1994, respectivamente, como segue:

INB – em maio de 2006, conforme termo de homologação em juízo e carta DF 129/2006, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociada, tendo sua provisão para perda revertida e refletindo no resultado deste exercício. O montante da dívida na data da repactuação foi de R\$ 119.568.

O valor da dívida contratada assistencial da patrocinadora INB em 31 dezembro de 2005 montava a R\$ 1.079.

NUCLEP

a. período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2006 equivale a R\$ 47.785 (R\$ 37.125 em dezembro de 2005).

b. período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante em 31 de dezembro de 2006 corresponde a R\$ 137.956 (R\$ 106.604 em 2005).

4.4 Outros realizáveis

Correspondem aos valores a receber do Programa Previdencial, relativos aos adiantamentos concedidos a participantes por conta de suplementação, reembolsáveis pelo INSS no montante de R\$ 1.727 (R\$ 1.990 em dezembro de 2005).

4.5 Provisão para direitos a receber de liquidação duvidosa

Foram provisionados, com base na legislação vigente, 100% das parcelas com atraso superior a 360 dias, conforme indicado abaixo:

Em milhares de Reais

PERÍODOS/CONTRATADOS	31/12/2006			31/12/2005
	INB	NUCLEP	TOTAL	
Até 31/08/88	0	10.691	10.691	110.499
Posterior a 31/08/88	0	21.345	21.345	18.840
Contrato em atraso- Previdencial	0	47.785	47.785	37.125
Contrato em atraso- Assistencial	0	137.956	137.956	107.683
Total	0	217.777	217.777	274.147

Em 31/12/2005 estão contemplados os valores das provisões para perda da dívida da patrocinadora INB (vide nota 4.2).

5 Cobrança Judicial

Em 16/12/2002, o Instituto ajuizou ações de cobrança do montante de R\$ 147.493 relativas às contribuições em atraso, não contratadas, referentes a períodos anteriores e posteriores a 31 de agosto de 1998, bem como aos contratos de confissão de dívida previdencial e assistencial, cujas parcelas estão em atraso, junto às 30ª (NUCLEP) e 38ª (INB) Varas Cíveis do Rio de Janeiro.

Atualmente, esta medida não se aplica à patrocinadora INB tendo em vista a homologação em juízo do termo de confissão de dívida, bem como a regularidade nos repasses mensais da mesma (vide nota 4.3).

6 Programa Assistencial

São registrados no Programa Assistencial os valores relativos às contribuições dos participantes associados ao plano médico auto-sustentado – Nucleos Saúde I, no montante de R\$ 114 (R\$ 95 em dezembro 2005), bem como valores a receber do Programa Assistencial, Nucleos Saúde II, no montante de R\$ 126 (R\$ 125 em dezembro 2005).

7 Programa Administrativo

Valores a receber correspondentes às despesas futuras que consolidam os adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, assim como a outros realizáveis que representam os valores a receber dos empregados, relativos a vales-transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios e débitos de patrocinadoras.



8 Programa de Investimentos

DESCRIÇÃO	31/12/2006	31/12/2005
RENDA FIXA	492.434	436.430
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	4.194	4.484
Letras Financeiras do Tesouro	4.194	4.484
Aplicações em Instituições Financeiras	405.213	325.986
quotas de fundos de renda fixa	405.213	325.986
Títulos de empresas	83.027	105.960
CTEE Cert. A. Ter. E. Elétrica	2.956	4.100
debêntures não conversíveis	80.071	97.222
notas promissórias de distribuição pública	0	4.638
RENDA VARIÁVEL	67.022	42.199
Mercado à vista - ações	22	23
quotas de fundos de Investimentos em ações	49.183	25.899
quotas de fundos de Investimentos em participações	17.817	16.277
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	25.636	27.986
Edificações	21.124	21.442
Participações - investimentos em shopping center	3.943	5.908
Fundos de Investimentos imobiliários	569	636
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14.515	13.731
Empréstimos	14.515	13.731
OUTROS REALIZÁVEIS	77	76
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	599.684	520.422

Em milhares de Reais

8.1 Títulos de renda fixa

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil e pela Resolução CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002 e alterações, os títulos de renda fixa foram classificados como:

Títulos mantidos até o vencimento

Refere-se a títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los até os seus vencimentos, exceto quotas de fundos de renda fixa e papéis em desacordo com o estudo de ALM, e que são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2006, em contrapartida com o resultado do exercício, tendo sido classificados nesta modalidade, as Debêntures, as Letras Financeiras do Tesouro – LFT-B, de emissão do Tesouro Nacional, e os Certificados a Termos de Energia Elétrica – CTEE.

No quadro a seguir, estão demonstrados os títulos, por modalidade e por categoria de avaliação, sendo o valor de mercado apurado com base em dados de negociação divulgados pela ANDIMA.

TÍTULOS	QUANT.	VALOR CONTÁBIL	VALOR MERCADO	CORREÇÃO	VENCIMENTO
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	2.184	4.194			
LFTB	2.184	4.194	ND	SELIC	15/02/2007 a 15/02/2011
CTEE - CERT.A TER. E.ELETR.	5.280	2.956			
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/01/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/02/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/03/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/04/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/05/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/06/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/07/2007
Cesp	480	269	ND	CDI+2%	01/08/2007
Cesp	480	268	ND	CDI+2%	01/09/2007
Cesp	480	268	ND	CDI+2%	01/10/2007
Cesp	480	268	ND	CDI+2%	01/11/2007
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS	61.336	80.071			
CARTEIRA PRÓPRIA					
Cesp	1.126	10.165	10.165	CDI+2%	01/09/2007
BGPAR	1.800	2.038	2.038	IGP-M+10,88%	07/10/2011
BGPAR	1.250	1.418	1.418	IGP-M+10,79%	07/10/2011
BGPAR	4.200	4.689	4.689	IGP-M+11,51%	07/10/2011
Triunfo	3.000	5.106	5.106	IGP-M+11,03%	08/01/2013
Triunfo	3.670	5.953	5.953	IGP-M+12,76%	08/01/2013
Triunfo	3.000	4.865	4.865	IGP-M+12,77%	08/01/2013
Ulbra	8.400	8.154	8.154	IGP-M+12,47%	08/01/2012
Ulbra	4.400	4.290	4.290	IGP-M+12,23%	08/01/2012
Ulbra	859	849	849	IGP-M+11,49%	08/01/2012
Ulbra	2.800	2.717	2.717	IGP-M+12,50%	08/01/2012
Ulbra	6.470	6.276	6.276	IGP-M+12,51%	08/01/2012
Hercules	350	427	427	IGP-M+3,62%	15/06/2008
Zivi	450	545	545	IGP-M+2,63%	15/06/2008
Cipla	254	0	0	IGP-M+241%	01/09/2031
Marsiaj	37	0	0	IGP-M+99%	01/07/2031
SNST	2.400	2.356	2.356	IGP-M+10,52%	01/06/2011
SNST	1.800	1.772	1.772	IGP-M+10,37%	01/06/2011
Vigor	100	2.790	2.790	CDI+10%	01/04/2007
SBSP	2.250	2.684	2.684	IGPM+7,90%	01/09/2009
SBSP	500	589	589	IGPM+8,49%	01/09/2009
SBSP	900	1.061	1.061	IGPM+8,43%	01/09/2009
Unit	3.000	2.229	2.229	IGP-M+10,59%	08/12/2009
Unit	2.000	1.488	1.488	IGP-M+10,52%	08/12/2009
CNCP	1.200	1.401	1.401	IGP-M+10,13%	01/04/2010
CNCP	2.000	2.338	2.338	IGP-M+10,09%	01/04/2010
ECNT	2.435	2.752	2.752	IGP-M	01/04/2009
TÊXTIL RENAUX	6.991	7.334	7.334	IGPM-C	01/09/2010
(-) PROVISÃO TÊXTIL RENAUX	(6.991)	(7.334)	(7.334)		
PROCID	600	0	0	CDI+7%aa	07/06/2007
CEMIG	85	1.119	1.119	IGP-M	02/06/2014

TÍTULOS	QUANT.	VALOR CONTÁBIL	VALOR MERCADO	CORREÇÃO	VENCIMENTO
DEBÊNTURES MONAZITA	20.218	24.707			
ULBRA	3.900	3.785	3.785	IGP-M + 12,48%	08/01/2012
ECOS	3.100	1.290	1.290	IGP-M + 9,06%	01/09/2007
ECNT	518	584	584	IGP-M + 12,57%	01/04/2009
TRINFO	3.150	5.113	5.113	IGP-M + 12,74%	08/01/2013
CESP	350	3.160	3.160	CDI + 2,00%	01/09/2007
SNST	3.000	2.951	2.951	IGP-M + 10,40%	01/06/2011
UNIT	3.000	2.230	2.230	IGP-M + 10,57%	08/12/2009
SBSP	2.250	2.685	2.685	IGP-M + 7,89%	01/09/2009
CNCP	800	935	935	IGP-M + 10,12%	01/04/2010
CMGD	150	1.974	1.974	IGP-M + 8,37%	02/06/2014
LTN-O MONAZITA	19	18	18	PRE + 13,19%	02/01/2007
NTN-B MONAZITA	88.473	125.340			
STNC	1.390	1.557	1.893	IPCA-C + 8,99%	05/05/2045
STNC	11.500	18.200	16.069	IPCA-C + 6,43%	15/08/2024
SNTC	4.000	5.725	5.447	IPCA-C + 6,96%	15/05/2045
SNTC	4.152	5.943	5.654	IPCA-C + 6,95%	15/05/2045
STNC	14.000	19.914	19.063	IPCA-C + 6,99%	15/05/2045
STNC	11.000	15.648	14.978	IPCA-C + 6,99%	15/05/2045
STNC	4.000	5.725	5.447	IPCA-C + 6,95%	15/05/2045
STNC	4.000	5.724	5.447	IPCA-C + 6,95%	15/05/2045
STNC	8.000	11.450	10.894	IPCA-C + 6,95%	15/05/2045
STNC	4.000	5.725	5.447	IPCA-C + 6,95%	15/05/2045
STNC	462	599	646	IPCA-C + 8,51%	15/08/2024
STNC	5.000	6.480	6.987	IPCA-C + 8,51%	15/08/2024
STNC	4.200	5.602	5.869	IPCA-C + 8,19%	15/08/2024
STNC	304	340	414	IPCA-C + 8,99%	15/08/2024
STNC	1.400	1.884	1.956	IPCA-C + 8,10%	15/08/2024
STNC	2.165	2.878	3.025	IPCA-C + 8,23%	15/08/2024
STNC	2.000	2.660	2.795	IPCA-C + 8,23%	15/08/2024
STNC	6.900	9.286	9.642	IPCA-C + 8,10%	15/08/2024
NTN-C MONAZITA	17.700	54.836			
STNC	1.960	6.040	5.619	IGP-M + 6,94%	01/01/2031
STNC	1.900	5.856	5.447	IGP-M + 6,94%	01/01/2031
STNC	670	2.065	1.920	IGP-M + 6,94%	01/01/2031
STNC	4.200	12.028	12.041	IGP-M + 7,70%	01/01/2031
STNC	6.970	23.173	19.983	IGP-M + 6,20%	01/01/2031
STNC	2.000	5.673	5.734	IGP-M + 7,80%	01/01/2031

Em milhares de Reais



Títulos para negociação

Como títulos para negociação, foram classificados todos os que integram os Fundos de Investimentos, que são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas e ajustados ao valor de mercado com base na variação média diária.

	31/12/2006	31/12/2005
Fundos de Investimentos em Renda Fixa	200.312	325.986
Total	200.312	325.986

Em milhares de Reais

No quadro acima, a significativa variação entre 2005 e 2006 deve-se à reclassificação dos títulos mantidos até o vencimento que estavam alocados nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa para a tabela anterior.

8.1.1 Provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa – Debêntures da Têxtil Renaux

Em 31 de agosto de 2006, de acordo com a CI GEC/05-2006 e Ata da 422ª reunião da Diretoria Executiva, foi constituída uma provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, correspondente a 100% (cem por cento) do ativo.

Em setembro de 2006, frente a dificuldades financeiras da Têxtil Renaux, o agente fiduciário solicitou a liberação da “conta reserva” na qual coube ao Nucleos a parcela de R\$ 774, relativa à amortização e juros desta debênture, reduzindo as perdas no investimento.

O valor da provisão em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 7.334.

8.1.2 Títulos de renda variável

Mercado à vista

As ações negociadas em Bolsa de Valores são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de despesas diretas de corretagem e outras taxas e ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia de negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

A variação verificada na comparação entre o custo contábil e o valor de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Fundos de investimentos

Representados por recursos aplicados em fundos de ações (vide nota 3 – f).

Outros investimentos de renda variável

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimentos em participações, cujo critério de atualização é a valorização pela quota do último dia útil do mês.

8.2 Custódia dos Títulos

Os títulos de renda fixa e de renda variável que constam da carteira do NUCLEOS estão custodiados no HSBC.

8.3 Investimentos Imobiliários

Estão registrados pelo valor reavaliado, revisto a cada três anos, como determina a Resolução CMN nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, e de suas alterações, e Resoluções CGPC nº 5 de 30 de janeiro de 2002 e alterações, deduzidos da depreciação (exceto terrenos) que é calculada pelo método linear, conforme as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de reavaliação.

A última reavaliação da carteira imobiliária do Nucleos foi efetuada em dezembro de 2005, que resultou em um resultado positivo de R\$ 5.301; e a próxima deverá ocorrer até dezembro de 2008.

8.3.1 Participações – Shoppings Centers

São representados pelos investimentos realizados no Shopping Light R\$ 1.789 (R\$ 1.825 em 2005) localizado na cidade de São Paulo.

Shopping Light

O Nucleos é detentor de 15% de participação no empreendimento, cujo custo de aquisição foi R\$ 8.532 em 1998. No exercício de 2002, o investimento foi reavaliado em R\$ 2.250 e, no exercício de 2005, foi reavaliado em R\$ 1.825, acumulando uma perda nominal, entre a data de aquisição e a data da última reavaliação, de R\$ 6.707.

A diretoria do Nucleos apresentou relatório de avaliação econômica do empreendimento e está aguardando manifestação do Conselho Deliberativo no que tange à manutenção do empreendimento.

Shopping Santana

A participação do Nucleos no empreendimento foi de R\$ 8.050, equivalente a 16% da área bruta locável, adquirida em dezembro de 1998. No exercício de 2002, este valor foi ajustado contabilmente para R\$ 4.000 e, no exercício de 2005, foi reavaliado em R\$ 4.083, acumulando uma perda, entre a data de aquisição e a data da última reavaliação, de R\$ 3.967.

A data de inauguração prevista inicialmente era 30 de abril de 2000, todavia, as obras permaneceram paralisadas, devido à frágil capacidade financeira do empreendedor responsável pela construção. Em virtude da não conclusão da obra na data prevista e da garantia dada pelo empreendedor de rentabilizar o investimento em, no mínimo, 11% a.a., o Instituto entrou com ação judicial visando o cumprimento da cláusula contratual referente à garantia mínima de rentabilidade.

Em junho de 2005 o Nucleos fechou acordo com os empreendedores elevando sua participação no empreendimento de 16% para 18% da área bruta locável, em troca da quitação e extinção do objeto da ação proposta pelo Instituto.

Com tal acordo, o Nucleos passou a deter uma participação efetiva de 16,1699% da totalidade do empreendimento, incluindo terreno, construção, benfeitorias e receitas de operação do shopping. Sendo que, desde então, o projeto conta com a parceria exclusiva do Grupo Internacional Shopping Guarulhos, empresa com tradição no segmento, que prevê a inaugura-

ção do empreendimento em maio de 2007.

Em 11 de outubro de 2006, conforme escritura de compra e venda do 15º tabelionato de notas da cidade de São Paulo, o Nucleos vendeu integralmente sua participação de 16,1699% no empreendimento pelo montante de R\$ 6.655, tendo recebido R\$ 4.500 no ato. O saldo remanescente de R\$ 2.155 será pago em três parcelas anuais de R\$ 500 vencíveis em 2007, 2008 e 2009, e uma parcela final no valor de R\$ 655 vencível em 2010, todas corrigidas pelo INPC do IBGE até seus vencimentos.

A operação gerou uma variação positiva de R\$ 2.572 para o Nucleos, refletida no resultado do exercício de 2006, e tem como garantia de pagamento, hipoteca incidente sobre as frações ideais dos imóveis sobre os quais será estabelecido o Santana Parque Shopping.

8.3.2 Amortização e depreciação

A amortização (shopping centers) foi de 1,99%. A depreciação (demais imóveis) média foi 3,78%, variando de 3,65% a 4,00%, percentuais dentro dos padrões de mercado.

Mapa de Movimentação de Carteira - 2006

Em milhares de Reais

IMÓVEIS	31/12/2005	Variações 2006*	Ganho em Alienações	Venda	31/12/2006
Uso próprio	1.000	(28)			972
Locados a patrocinadora	6.813	(104)			6.709
Locados a terceiros	13.410	(173)			13.237
Particip. shopping center	5.908	(36)	2.572	(6.655)	1.789
Fundo Imobiliário	636	(67)			569
Subtotal	27.767	(408)	2.572	(6.655)	23.276
Aluguéis a receber	219	(14)			205
Direitos de alienação		2.155			2.155
Total	27.986	1.733	2.572	(6.655)	25.636

* As variações correspondem à depreciação e amortização dos imóveis, à variação negativa do fundo e às parcelas a receber referentes à venda da participação no Shopping Santana.

8.3.3 Fundos de investimentos imobiliários

Fundo Imobiliário C&D Estação Plaza Show

O montante investido originalmente no fundo foi de R\$ 6.228, em 1997. No exercício 2001, por ocasião de reavaliação do empreendimento, o seu valor foi reduzido para R\$ 859. O valor registrado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 569 (R\$ 636 em 2005), acumulando, desde a data de aquisição, uma perda de R\$ 5.659.

Em 26 de abril de 2002, o Instituto ingressou com ação na Justiça Federal no intuito de desfazer o negócio, com o conseqüente ressarcimento do valor originalmente aplicado, devidamente atualizado. O processo encontra-se ainda em fase inicial, tendo em vista que a ação foi protocolizada na Comarca do Rio de Janeiro e houve uma decisão declinando a competência para a Comarca de Curitiba. O Instituto ingressou ainda com recurso e o cumprimento da decisão está suspenso até julgamento do agravo. Até a presente data os autos do recurso se encontram com a relatora, Desembargadora Federal Julieta Lunz, no Tribunal Regional Federal da 2ª

região.

8.4 Operações com participantes

Apresentam o montante dos empréstimos simples concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima dos ativos do Instituto), INPC acrescido de 6% ao ano para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determinam os dispositivos da Resolução nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações e com cláusula de atualização monetária pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos assinados até dezembro de 2001.

De acordo com o artigo nº 42 do Regulamento anexo à Resolução citada, os limites para o segmento Empréstimo e Financiamento a Participantes são de 15% pela Resolução CMN nº 3.121/2003 e suas alterações, em relação ao total dos recursos aplicados. Em 2006, o referido percentual corresponde a 2,42% (2,64% em 2005).

8.5 Outros realizáveis

Correspondem aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação – RET, que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, mais R\$ 20 em depósito em instituição sob intervenção, cujo saldo total em 31 de dezembro de 2006 é R\$ 77 (R\$ 76 em 2005).

9 Permanente

Contempla os bens utilizados no desempenho da atividade social do NUCLEOS, compreendido pelos bens do Imobilizado, apresentando-se devidamente depreciados pelo método linear a taxas em função da vida útil econômica, fixadas por espécie de bens, de acordo com a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e alterações. O Diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à

ATIVO PERMANENTE	31/12/2005	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO	ENTRADAS	SAÍDAS	31/12/2006
PERMANENTE					
Imobilizado					
Móveis e Utensílios	70	(11)	12		71
Máquinas e Equipamentos	190	(69)	67	(1)	187
TOTAL IMOBILIZADO	260	(80)	79	(1)	258
DIFERIDO	102	(50)	18		70
TOTAL	362	(130)	97	(1)	328

10 Exigível Contingencial

10.1 Contingências Passivas

No encerramento do exercício de 2006, foram registradas provisões em relação a processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados do Instituto.

No Programa Previdencial, registrou-se R\$ 403, decorrente de causas relativas à revisão de benefícios de suplementação corrigidos monetariamente pela TR até 31/12/2006, tendo sido efetuado depósito judicial do montante, e no Programa Administrativo registrou-se R\$ 303, relativos a processos de natureza trabalhista (R\$ 162 em 2005).

No Programa de Investimentos foram mantidos as provisões e respectivos depósitos judiciais já registrados nos exercícios de 2003 e 2004 no valor de R\$ 1.138, relacionados aos processos inerentes à Medida Cautelar nº 348 - 5ª Vara de Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, onde o NUCLEOS pleiteava sua imunidade tributária para o IPTU dos imóveis constantes da sua carteira. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal que não reconheceu a imunidade tributária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, entre as quais o Instituto se inclui, é provável que os referidos depósitos sejam apropriados pelo município.

10.2 Contingências Ativas

O Instituto possui duas contingências ativas não provisionadas relativas a ações contra ex-dirigentes, contra a União e o BACEN.

10.2.1 Ações contra ex-dirigentes

Com a determinação do Conselho Deliberativo para contratação de uma empresa especializada para realização de auditoria nas operações de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, de propriedade do Instituto, adquiridos pela Diretoria Executiva anterior na gestão de janeiro de 2003 a agosto de 2005, constatou-se, pelos resultados apresentados, uma perda estimada em até R\$ 25.696 (R\$ 22.728 em títulos públicos e R\$ 2.968 em debêntures).

Visando recuperar os prejuízos causados, o NUCLEOS, inicialmente, ajuizou medida cautelar inominada (processo nº 2005. 51. 01. 124956-0) com o objetivo de: a) indisponibilidade de bens; b) constituição antecipada de provas e c) impedimento de intervenção no Instituto. Esta medida visou garantir o objeto da conseqüente ação indenizatória contra os ex-dirigentes e a ex-gerente financeira (processo nº 2006.51.01.000.423-1), na 22ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro e (processo nº 2006.00.11.141.853-9) na 13ª Vara da Justiça Estadual.

10.2.2 Ações contra a União e o BACEN

No exercício de 2005 o Instituto obteve êxito na ação contra a União e o Banco Central, num processo cujo objeto foi a correção monetária plena dos cruzados novos (Plano Verão), transitado em julgado (sem direito a interposição de recurso). Em 2006, continuou em tramitação a execução do citado processo, estimado em aproximadamente R\$ 8.000.

11 Exigível Atuarial

O exigível atuarial demonstra o total do patrimônio constituído pelos planos de benefícios

	31/12/2006	31/12/2005
PROVISÕES MATEMÁTICAS	618.716	633.508
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	171.388	160.531
Benefícios do Plano	171.388	160.531
BENEFÍCIOS A CONCEDER	522.247	553.329
Benefícios do Plano com a Geração Atual	640.751	600.354
Outras Contribuições da Geração Atual	(118.504)	(47.025)
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(74.919)	(80.352)
Serviço Passado	(74.919)	(80.352)

Em milhares de Reais

em função dos compromissos atuais e futuros com seus participantes.

A análise do quadro acima mostra um decréscimo de aproximadamente 2,3% no total das provisões matemáticas. Esta redução reflete, principalmente, a instituição de uma contribuição adicional, a vigorar a partir de julho de 2007, com a finalidade de equacionar o déficit atuarial.

11.1 Provisões Matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pelo NUCLEOS em relação a seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos, calculadas de forma recorrente (recalculada mensalmente com dados atualizados), com base em informações relativas a maio de 2006, pela STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., conforme correspondência nº STEA-DT./83/2007/123, de 16 de janeiro de 2007.

11.1.1 Benefícios Concedidos

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e pensionistas e o valor atual das contribuições futuras.

11.1.2 Benefícios a Conceder

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos (geração atual) e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

11.1.3 Provisões Matemáticas a Constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do plano, estas provisões refletem a anormalidade da distribuição etário-salarial, caracterizada pela alta frequência de grupos envelhecidos existentes à época da criação do NUCLEOS, com o

respectivo custo atribuído exclusivamente às empresas patrocinadoras, pelo retardamento na criação do plano e a conseqüente falta de contribuição relativa aos serviços anteriores.

Assim, a Provisão Matemática a Constituir representa a segregação dos compromissos de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, para cobertura dos encargos relativos aos tempos de serviços anteriores da geração atual, cujo término da amortização está previsto para novembro de 2020.

11.1.4 Mudanças de Premissas e Hipóteses Atuariais

Em relação ao ano de 2005, na avaliação atuarial de 2006, em atendimento à Resolução CGPC nº 11, de 21 de agosto de 2002, e ao disposto no § 2º do Art. 18 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 deu-se seqüência ao processo de transição da tábua de mortalidade GAM-71, utilizada até 2004, para a tábua AT-2000.

Além disso, em obediência à Resolução nº 18, de 28.03.2006, a avaliação realizada no exercício leva em consideração uma nova premissa de crescimento real anual de salário, fundamentada por estudos estatísticos de regressão. Porém, para não impactar ainda mais os compromissos do Plano, esta nova política será implantada gradativamente em três anos: 55% em 2006, 22,5% em 2007 e 22,5% na reavaliação de 2008.

Estas mudanças visam adequar as premissas atuariais de forma a representar com o maior rigor possível os compromissos do Instituto com seus participantes e assistidos, não obstante o atendimento aos princípios da prudência e do conservadorismo.

12 Reservas e Fundos

12.1 Equilíbrio Técnico

Em 31 de dezembro de 2006, o Instituto reverteu integralmente o déficit técnico existente até o exercício anterior, conforme apresentado abaixo:

Em milhares de Reais

RESULTADOS REALIZADOS	31/12/2006	31/12/2005
Até o exercício anterior	(191.576)	(164.728)
No exercício atual	191.576	(26.848)
Superávit / (Déficit) Técnico	0	(191.576)

O resultado realizado pode ser assim apresentado:

Em milhares de Reais

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO REALIZADO	31/12/2006	31/12/2005
Resultado positivo do Programa Previdencial	119.055	7.200
Resultado positivo do Programa de Investimentos	69.210	50.801
Custeio Administrativo	(2.822)	(2.378)
(=) Saldo Disponível para Constituição	185.443	55.623
Constituição de Contingências	(409)	(85)
Constituição de Provisões Atuariais	14.792	(72.340)
Formação de Fundos Previdenciais	(8.250)	(10.046)
(=) Superávit Técnico do exercício	191.576	(26.848)

Conforme apresentado nos quadros anteriores, a reversão do referido déficit foi motivada principalmente: a) pelo aumento do resultado do Programa Previdencial, refletindo a reversão da provisão para perda relativa à homologação em juízo de contribuições previdenciárias em atraso com a patrocinadora INB (vide nota 4); b) pelo crescimento da rentabilidade dos ativos; e c) pela instituição de uma contribuição adicional, a vigorar a partir de julho de 2007 (vide nota 11).

12.2 Fundos

12.2.1 Fundo Previdencial

Os Fundos Previdenciais foram constituídos pelas diferenças existentes entre o Patrimônio Líquido dos Planos e os seus compromissos, em 31 de dezembro de 2006. Esses Fundos serão utilizados para cobertura de eventuais oscilações de riscos que venham a ocorrer nos Planos no futuro. É atualizado monetariamente pela variação do INPC acrescido de 6% ao ano, premissa adotada pelo NUCLEOS e consignada no relatório de avaliação atuarial da STEA, conforme apresentado na correspondência nº STEA:–DT./83/2007/123, de 16 de janeiro de 2007.

No exercício de 2006, comparativamente a 2005, o fundo sofreu um incremento de 8,74%, variação 2,67% inferior ao mínimo atuarial exigido para o exercício, que foi de 8,98%. Tal variação é decorrente da metodologia adotada para atualização do fundo, que utiliza o INPC observado no mês anterior, ajustando-o posteriormente para o índice do mês, enquanto o mínimo atuarial se vale do INPC efetivamente ocorrido no mês do cálculo.

	2006	2005
Fundo Previdencial	102.595	94.345

12.2.2 Fundo Assistencial

O Fundo Assistencial é constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado do Programa Assistencial, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais (Núcleos Saúde I e II).

	2006	2005
Fundo Assistencial	889	272

12.2.3 Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do Programa Administrativo, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

	2006	2005
Fundo Administrativo	317	422

12.2.4 Fundo de Investimentos

O Fundo de Investimentos é constituído pelos valores cobrados a título da taxa de risco nas prestações e pela taxa de renovação, como fundo de cobertura para quitação de empréstimos, com a finalidade de cobrir a quitação por morte e na concessão de empréstimos aos participantes e

	2006	2005
Fundo de Investimentos	503	409

13 Transferências Interprogramas

O NUCLEOS opera os Programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultado para registrar as cobranças e os repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002 e alterações.

14 Custeio Administrativo

De acordo com o plano de custeio anual estabelecido na avaliação atuarial, o custeio administrativo será coberto pelo percentual de 15% das contribuições das patrocinadoras e dos participantes e assistidos, percentual máximo previsto pela legislação atual (Resolução MPAS 01/78). A Secretaria de Previdência Complementar – SPC está desenvolvendo estudos para revisão deste percentual, a fim de torná-lo mais adequado à realidade do sistema.

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, na proporção do comprometimento de suas respectivas atividades em relação ao custeio total, de acordo com os seguintes percentuais: Programa Previdencial 45,40% (50,29% em 2005) e Programa de Investimentos 54,60% (49,71% em 2005).

O custeio administrativo do Programa Previdencial totalizou R\$ 2.822 (R\$ 2.378 em 2005), representando 12,37% (12,09% em 2005) dos recursos coletados previdenciais correntes.

A administração do Programa de Investimentos totalizou R\$ 3.380 (R\$ 2.351 em 2005), representando 15,24% (11,95% em 2005) dos recursos coletados previdenciais correntes.

Vale salientar que o custeio inerente ao Programa de Investimentos é totalmente absorvido pelo respectivo programa e o limite citado (15%) refere-se apenas à atividade do Programa Previdencial, fato que indica o enquadramento do Instituto em relação à resolução.

15 Fatos relevantes

15.1 Relatório de Auditoria de Patrocinadoras

As patrocinadoras do NUCLEOS iniciaram uma auditoria interna voltada à gestão, concluída em 25/05/2005, que resultou na identificação de falhas no cumprimento da política de investimentos do Instituto, as quais afetaram negativamente o desempenho financeiro de quatro fundos de investimentos, entre outras matérias.

Dado o exposto, o Conselho Deliberativo aprovou em 21/10/05 a contratação de empresa de consultoria especializada a fim de avaliar o conjunto de operações financeiras no âmbito da gestão da diretoria anterior, sobretudo no que tange às aquisições de Títulos Públicos Federais

(NTN-B e NTN-C) e Debêntures.

15.1.1 Aquisição de Títulos Públicos

Os Títulos Públicos adquiridos pelo NUCLEOS, na gestão da diretoria anterior, entre os exercícios de 2004 e 2005, atingiram um volume de aproximadamente R\$ 175 milhões, marcados a vencimento em 2024, 2031 e 2045, e indexados pelo IPCA e IGP-M, sem a realização de estudos técnicos que suportassem tais operações de longo prazo.

O relatório apresentado pela consultoria contratada pelo Instituto, apontou um prejuízo de até R\$ 22,7 milhões em função da aquisição dos papéis com valor acima da média de mercado, fato que levou o Conselho Deliberativo a decidir pelo encaminhamento de ação judicial contra os ex-dirigentes e a ex-gerente financeira, para ressarcimento ao NUCLEOS das perdas constatadas. (vide nota 10.2.1.1)

15.1.2 Aquisição de Debêntures

Nas operações com debêntures, ocorridas entre os exercícios de 2003 e 2005, vencíveis de 2007 a 2014, o Instituto contratou duas consultorias. A primeira apontou em seu relatório que os investimentos nesses papéis tiveram custos de aquisição excedente de até R\$ 2,9 milhões.

A segunda consultoria, empresa credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM avaliou os investimentos sob a ótica da rentabilidade versus risco, e concluiu em seu relatório que:

a) em relação ao montante, aproximadamente R\$ 116 milhões (79% do total investido neste segmento), não apresentam retornos compatíveis com o risco;

b) das dezesseis debêntures analisadas, doze (75%) não apresentam retorno compatível com o risco;

c) apenas três debêntures (CESP, ULBRA e TRIUNFO) representam aproximadamente 51% do total investido neste segmento, constatando-se que em todas os retornos são insuficientes para o nível de risco dos papéis.

15.1.3 Precificação de Ativos

Em virtude da aquisição dos Títulos Públicos e Debêntures com vencimentos até 2045, “marcados na curva” e sem nenhum estudo técnico que garantisse o equilíbrio financeiro do Instituto até a realização total destes ativos, caso fosse necessário o resgate ou alienação dos mesmos antes dos respectivos vencimentos, o NUCLEOS teria um impacto negativo no patrimônio estimado em R\$ 11,711 milhões, em 31 de dezembro de 2006, conforme relatório da empresa de consultoria especializada.

Vale ressaltar que este impacto será reduzido ao longo do tempo, tendendo a zero, na medida em que o Instituto



carregar os referidos títulos até as respectivas datas de vencimentos (vide nota 8.1).

15.2 Negociação da Dívida

O Instituto concentrou esforços para o equacionamento do seu déficit (vide nota 12.1) através da negociação da dívida com as patrocinadoras e, por determinação do Conselho Deliberativo e com base em orientação jurídica, em 2005, o Instituto tomou as seguintes medidas: a) realizou estudo atuarial para o estabelecimento do parcelamento máximo e possível das respectivas dívidas, de forma a apresentar uma hipótese plausível de acordo; b) restabelecimento das ações judiciais de cobrança da dívida; e c) representação junto à Secretaria de Previdência Complementar – SPC contra os respectivos dirigentes.

Neste sentido, o Instituto formalizou o processo de negociação da dívida, através das correspondências PR 130/2005 e PR 131/2005, ambas de 25 de outubro de 2005.

A patrocinadora INB, através da correspondência CEPR 206/2005, de 25 de novembro de 2005, manifestou sua aceitação à proposta formulada pelo Instituto, ficando com a responsabilidade de obter as aprovações em suas instâncias administrativas e também junto aos órgãos do Governo Federal para posterior homologação em juízo.

Em 31 de maio de 2006, foi assinado termo de transação para homologação em juízo da dívida previdenciária e assistencial que a INB possui junto ao Nucleos, atualizada até 31 de maio de 2006 que, naquela data, totalizava R\$ 119.568, tendo suas provisões para perdas revertidas.

A patrocinadora NUCLEP, através da correspondência de nº P-10/2006, em resposta à carta PR 131/2005, informou que o seu Conselho de Administração deliberou a contratação de uma empresa para realizar auditoria nos valores e que, após a conclusão deste trabalho, a patrocinadora aprofundaria a discussão acerca da dívida. Em 2006, as negociações continuaram e como não ocorreu equacionamento foi deliberado aumento da contribuição, a partir de julho de 2007, a fim de equacionar o déficit, conforme determinação legal.

Pareceres



AUD/019/190/07



Rua da Assembléia, 10 Grupo 1312
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20011-901
Tel/Fax: (21) 2531-1021
www.auditasse.com.br

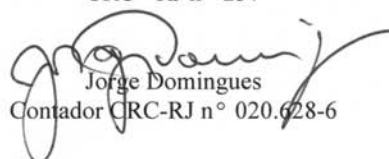
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores do
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

1. Examinamos os balanços patrimoniais do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição do exigível atuarial foi conduzida sob a responsabilidade do consultor atuarial externo à entidade, e a nossa opinião, no que se refere à adequação dos cálculos atuariais, está baseada exclusivamente no parecer desse consultor.
2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer do atuário quanto à adequação dos cálculos atuariais (exigível atuarial), as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações e o fluxo financeiro, referentes ao exercício findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota 3.2.4, o instituto registrou provisão de liquidação duvidosa de R\$ 217.777 mil (R\$ 274.147 mil em 2005) sobre recebíveis de seus patrocinadores, sendo que em 31 de dezembro de 2006, após a homologação em juízo do termo de confissão de dívida com a INB, o saldo da provisão inclui somente a NUCLEP.
5. Conforme mencionado na nota 10.2.1.1, a atual diretoria ajuizou ação judicial contra os administradores da gestão de janeiro de 2003 a agosto de 2005, visando recuperar prejuízos causados à NUCLEOS na aquisição de investimentos em títulos públicos federais e debêntures, em montante estimado em R\$ 25.696 mil, segundo apurado em trabalho realizado por empresa especializada.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2007.

Auditasse Auditores Independentes S/S
CRC - RJ n° 237


Jorge Domingues
Contador CRC-RJ n° 020.628-6



Rio de Janeiro, 02 de março de 2007.

STEA: - DT/359/2007/123

Ilmo. Sr.
Dr. Marcos da Rocha Elias
M.D. Presidente do NUCLEOS

Ref.: - Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2006 do Plano INB.

Prezado Senhor,

O Balanço do Plano INB, CNPB Nº 19.790.022-74, administrado pelo NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL apresentou equilíbrio técnico perfeito em 31/12/2006, isto é, déficit e superávit nulos.

2:- Nas *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos*, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos:

2.1:- Encargos dos Benefícios Concedidos	R\$	171.388.228,00
2.2:- Contribuições Patronais sobre os Benefícios Concedidos	R\$	(0,00)
2.3:- Outras Contribuições sobre a Geração Atual	R\$	(0,00)
2.4:- Outras Contribuições sobre as Gerações Futuras	R\$	(0,00)

3:- Nas *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder*, avaliadas em R\$ 522.247.131,74 pelo método recorrente a partir da Reavaliação Atuarial Completa de MAI/2006, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo:

3.1:- Encargos dos Benefícios a Conceder:

3.1.1:- Geração Atual	R\$	640.750.842,00
3.1.2:- Gerações Futuras	R\$	0,00

3.2:- Contribuições:

3.2.1:- Geração Atual	R\$	(118.503.710,26)
3.2.2:- Benefícios Futuros da Geração Atual	R\$	(0,00)
3.2.3:- Gerações Futuras	R\$	(0,00)
3.2.4:- Benefícios Futuros das Gerações Futuras	R\$	(0,00)

4:- Para maior garantia dos compromissos, foram registrados os fundos:

4.1:- Programa Previdencial	R\$	102.594.609,00
4.2:- Programa Assistencial	R\$	888.427,53
4.3:- Programa Administrativo	R\$	317.047,23
4.4:- Programa de Investimentos	R\$	503.355,48

STEA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA, LTDA.
Av Rio Branco, 185 - Grupo 412 - CEP 20.040-007 - RIO DE JANEIRO - RJ
PABX (021) 2533-2167 - Tel.: (021) 2240-2808 - Fax (021) 2262-0639 - E-mail: stea@stea.com.br



FLS: 2

5:- Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos levantamentos de 31/05/2006, a partir das seguintes hipóteses atuariais:

5.1:- Plano de Custeio:

NOVO PLANO DE CUSTEIO

FORNE DE CONTRIBUIÇÃO	PLANO DE CUSTEIO NORMAL	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINARIA ADICIONAL PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT (Art. 18 e Art. 21 da LC 109/2001) VIGÊNCIA A PARTIR DE JUL/2007
Ativos		
Percentual Geral ⁽¹⁾	1,500%	0,960%
1o. Percentual Adicional ⁽²⁾	0,700%	0,450%
2o. Percentual Adicional ⁽³⁾	5,600%	3,590%
Patrocinador		
Percentual Geral Normal ⁽¹⁾	0,943%	
Percentual Geral Extra ⁽¹⁾	10,087%	4,890%
Aposentado⁽⁴⁾	8,000%	5,130%
Pensionista	0,000%	0,000%

Obs.: (1) Aplicável ao salário de participação;

(2) Aplicável ao excesso do salário de participação sobre a metade do Teto Previdenciário;

(3) Aplicável ao excesso do salário de participação sobre o Teto Previdenciário; e

(4) Aplicável sobre o valor do benefício.

5.1.1:- Por exigência do Art. 18 e do Art. 21, da Lei Complementar 109/2001, tornou-se imperativo a instituição de taxa extraordinária adicional indicada no quadro acima para equacionamento do déficit do Plano, apontado pela Reavaliação Atuarial de MAI/2006, projetado para DEZEMBRO/2006, no valor de R\$ 115.882.159,26.

5.1.1.1:- A rigor, a fonte do déficit remonta desde a Reavaliação Atuarial de 2003, quando foi registrado um déficit da ordem de 20,5% do Patrimônio Líquido, sendo destes, 15% decorrentes de perdas financeiras e os 85% restantes atribuídos à perdas atuariais, patrimônio este que, em Dez/2002, foi reduzido em R\$ 147 milhões, pela constituição de Provisão para Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa de 100% dos valores relativos às contribuições em atraso não contratadas e aos Contratos de Confissão de Dívida das Patrocinadoras NUCLEP e INB, reduzindo sensivelmente o Patrimônio Líquido do NUCLEOS. Tal fato se reveste de extrema relevância uma vez que as perdas atuariais, decorrentes principalmente: (1) da redução da "rotatividade média anual" de 5,0% para 3,0% em decorrência dos novos institutos previstos no Art.14 da Lei Complementar 109; (2) da redução da taxa anual de inflação de 8,58% para 6,5% em adequação ao desempenho da economia; e (3) da taxa de crescimento real no salário de 3,09% ao ano, teriam cobertura no patrimônio do NUCLEOS, caso o mesmo não tivesse se reduzido tão drasticamente.

5.1.1.2:- Na Reavaliação Atuarial de 2004, apesar do registro de um ganho financeiro, apurado atuarialmente, de R\$ 16.987.150,65, o déficit agravou-se ainda mais, registrando um valor da ordem de 41,6% do Patrimônio Líquido, este ainda pressionado negativamente pelo registro de dívidas das Patrocinadoras INB e NUCLEP, da ordem de R\$ 222,7 milhões, na conta de Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa. À época estimava-se uma perda atuarial da ordem de R\$ 49,00 milhões. Mais uma vez as fontes principais foram as adequações das hipóteses atuariais econômicas: (1) redução da “rotatividade média anual” de 3,0% para 1,0% em decorrência dos novos institutos previstos no Art.14 da Lei Complementar 109; (2) redução da taxa anual de inflação de 6,5% para 5,5% em adequação ao desempenho da economia. Mesmo assim, o crescimento do passivo atuarial seria perfeitamente suportado pelo Patrimônio Líquido do NUCLEOS, não fossem as dívidas das Patrocinadoras.

5.1.1.3:- O déficit agravou-se ainda mais ao longo dos últimos dois anos atingindo na Reavaliação Atuarial de MAI/2006 o valor equivalente à 49% do Patrimônio Líquido do plano.

5.1.1.4:- Por outro lado, face ao acordo firmado judicialmente com a INB para equacionamento de sua dívida, o NUCLEOS encerrou o exercício de 2006 com um Patrimônio Líquido ordem de R\$ 618.716.018,74, por conta, dos ganhos financeiros auferidos ao longo do exercício e, principalmente, pela reversão da dívida da INB que, até novembro/2006, encontrava-se provisionada na conta de Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa. Mesmo assim, tais movimentos não foram suficientes para compensar o crescimento do passivo atuarial, o que obrigaria o NUCLEOS a consignar déficit da ordem de R\$ 115.882.159,26, equivalente a 19% de seu Patrimônio Líquido, que seria perfeitamente suportado não fosse a dívida da patrocinadora NUCLEP, no valor de R\$ 217.777.724,56, lançada na conta de Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa.

5.1.2:- A taxa adicional será suspensa e o plano de custeio será revisto, na hipótese da patrocinadora NUCLEP vir a firmar, com o NUCLEOS, acordo de equacionamento de sua dívida, a exemplo do ocorrido com a INB.

5.2:- Taxa real de juros: 6,0% a.a;

5.2.1:- Rentabilidade real anual mínima a ser obtida pela aplicação dos recursos do Plano. Os cálculos atuariais que deram origem às provisões matemáticas contemplam volatilidade zero e nível de liquidez para honrar os pagamentos de benefícios;

5.3:- Projeção de crescimento real de salário:

PATROCINADOR	TAXA
INB	1,14 % a.a.
ELETRONUCLEAR	1,51 % a.a.
NUCLEP	1,18% a.a.
NUCLEOS	1,14% a.a.

5.3.1 - Esta premissa expressa a expectativa de crescimento real anual dos salários dos participantes ativos, até a data prevista para a aposentadoria programada. Entende-se por crescimento real, os aumentos salariais decorrentes de promoção, produtividade, anuênios, quinquênios, etc.



5.4.- Projeção de crescimento real do maior salário de benefícios do INSS: NULA;

5.5.- Projeção de crescimento real do benefício do plano: NULA;

5.6.- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Expressa o ganho atuarial, ao longo do tempo, decorrente da perda de massa salarial, de benefícios da entidade e de benefícios do INSS, por força da política de reajuste anual sob um ambiente de inflação mensal:

5.6.1.- Dos Salários: 1,00;

5.6.2.- Dos Benefícios da entidade: 0,976228;

5.6.3.- Dos Benefícios do INSS: 1,00.

5.7.- Gerações futuras de novos entrados: NULA;

5.7.1.- Na avaliação atuarial das provisões matemáticas em 31/12/2006, não foram consideradas as futuras admissões de novos empregados. Os novos entrados serão contemplados nas avaliações seguintes na medida da constatação efetiva de sua ocorrência.

5.8.- Rotatividade:

PATROCINADOR	TAXA
INB	1,00 % a.a. até aos 47 anos
ELETRONUCLEAR	1,00 % a.a. até aos 47 anos
NUCLEP	1,00 % a.a. até aos 47 anos
NUCLEOS	5,00 % a.a. até aos 47 anos

5.9.- Tábua de mortalidade de válidos:

5.9.1.- Participantes ativos: GAM 71 + 2/5 (AT2000 - GAM71), por sexo.

5.9.2.- Assistidos: AT-2000, por sexo.

5.9.3.- Tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido falecer antes de atingir a próxima idade.

5.10.- Tábua de mortalidade de inválidos: AT-49, por sexo, agravada em 100%;

5.10.1.- Tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo inválido falecer antes de atingir a próxima idade.

5.11.- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;

5.11.1.- Tabela que expressa, por idade, a probabilidade de um indivíduo válido tornar-se inválido antes de atingir a próxima idade.

5.12.- Hipótese sobre a composição familiar de pensionistas: Encargo Médio de Herdeiros;



5.12.1:- Esta hipótese expressa o espectro atuarial dos beneficiários dos participantes ativos e assistidos, no que tange a quantidade, idade, sexo e probabilidade do participante estar casado. Este espectro se fundamenta na função H_x (encargo médio de herdeiro por morte de participante de idade x). Tal função foi estabelecida pelo ajustamento de valores obtidos por amostragem de cerca de 1000 grupos familiares estratificados em classes etárias quinquenais.

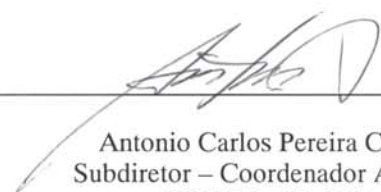
6:- Os resultados da presente avaliação atuarial foram obtidos com base na posição cadastral de DEZ/2006 da massa de benefício concedidos, e MAI/2006 relativamente à massa de benefícios a conceder.

6.1:- Ambos os cadastros foram considerados satisfatórios quanto à consistência dos dados.

7:- Concluindo, é nosso parecer que, com as medidas adotadas no sentido do acordo firmado judicialmente com a INB para equacionamento de sua dívida, e da implantação de taxa adicional extraordinária de contribuição, o Plano INB retomou a trilha do equilíbrio técnico atuarial.

7.1:- Para o seu equilíbrio definitivo é imperativo que a patrocinadora NUCLEP firme com o NUCLEOS, acordo de equacionamento de sua dívida, a exemplo do ocorrido com a INB.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.



Antonio Carlos Pereira Cabral
Subdiretor – Coordenador Atuarial
CONRE - RJ 6282
MIBA 1119



Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA N^o 01


AP/.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal de acordo com o previsto no capítulo XI, artigo 52 do Estatuto do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, reunido nesta data em sua sede situada na rua Rodrigo Silva, nº 26 – 15º andar, na cidade do Rio de Janeiro, procedeu à análise do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultado e do Fluxo Financeiro, da Composição do Passivo Atuarial, das Notas Explicativas, bem como dos Pareceres dos Auditores Independentes Auditasse - Auditores Independentes S/S e do Atuário STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., referente ao exercício findo em 31/12/2006.

Baseado na documentação que nos foi encaminhada e nas análises procedidas por Auditasse Auditores Independentes S/S, o Conselho Fiscal é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado a situação contábil e financeira do NUCLEOS.”

Rio de Janeiro, 12 de março de 2007.



Judson Wiliam Monteiro de Souza
Presidente do Conselho Fiscal



Clezio dos Santos Oliveira
Conselheiro




Paulo César da Rocha Dantas
Conselheiro


PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 129ª reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2007, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 35, do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou por unanimidade o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, o Fluxo Financeiro, a composição do Passivo atuarial, e as Notas Explicativas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006.

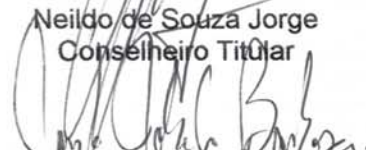
Baseado nas análises procedidas por Auditasse Auditores Independentes S/S, e do Conselho Fiscal e as explicações/ justificativas prestadas pelo Diretor Financeiro e o contador do NUCLEOS, foi verificado que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações do Fluxo Financeiro, Composição do Passivo Atuarial e nas Notas Explicativas representam contabilmente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2006.




Norman Victor Walter Hime
Presidente do Conselho



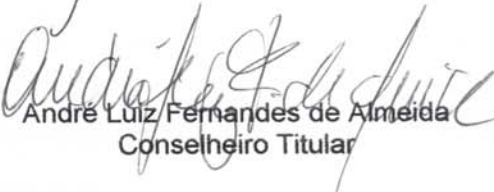
Neildo de Souza Jorge
Conselheiro Titular



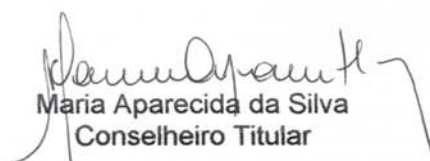
Paulo Roberto Ribeiro Barbosa
Conselheiro Titular



Martinho Duarte Filho
Conselheiro Titular



André Luiz Fernandes de Almeida
Conselheiro Titular



Maria Aparecida da Silva
Conselheiro Titular



nucleos

Instituto de Seguridade Social

Rua Rodrigo Silva, 26 / 15º andar
Cep: 20011-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3970-3682
www.nucleos.com.br



SOLARI COM .
solari@mls.com.br



Idéias Demais
Comunicação & Design

(21) 2518-6467 / 2223-4977
ideias@ideiasdemais.com.br
www.ideiasdemais.com.br



Rua Rodrigo Silva, 26/15º andar - CEP: 20011-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3970-3682 - www.nucleos.com.br